

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
IFCH – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
HABILITAÇÃO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DÉBORA WOBETO

**A GENTE QUASE ACOSTUMA:
ESTUDO ETNOFOTOGRAFICO SOBRE AS TRAJETÓRIAS
TRANSITÓRIAS EM UMA REMOÇÃO URBANA**

Porto Alegre – RS
2014

DÉBORA WOBETO

**A GENTE QUASE ACOSTUMA:
ESTUDO ETNOFOTOGRAFICO SOBRE AS TRAJETÓRIAS
TRANSITÓRIAS EM UMA REMOÇÃO URBANA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cornelia Eckert

Porto Alegre – RS
2014

CIP - Catalogação na Publicação

Wobeto, Débora

A gente quase acostuma: estudo etnofotográfico sobre as trajetórias transitórias em uma remoção urbana / Débora Wobeto. -- 2014.
72 f.

Orientadora: Cornelia Eckert.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Cidade. 2. Imagem. 3. Política de remoções. 4. Projeto de extensão. 5. Etnografia. I. Eckert, Cornelia, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Fabiela Bigossi

Juliana Lopes de Macedo

Orientadora
Cornelia Eckert

*Dedicado aos moradores e moradoras
da Vila Dique e do Porto Novo.*

Agradecimentos

Direciono aqui minhas palavras de gratidão à grupos distintos que estiveram presentes, cada um a sua forma, nestes quatro anos de graduação.

Aos moradores da Vila Dique e do Porto Novo. Em primeiro lugar, à Miranda, pela mulher lutadora que é e pelas contribuições substantivas nesta pesquisa. Aos moradores Antônio (em memória), Albino, Maria Nazário, Neivi, Rose, Andrielle, Helena, pela disposição para o encontro nesses quase 3 anos e por compartilharem suas histórias de forma tão veemente.

À professora Carmem Gil, agradeço por ter-me deixado acompanhá-la desde o terceiro semestre de graduação num projeto tão importante quanto o Memórias da Vila Dique e por ensinar-me o trato sensível com a vida do homem simples. Da mesma forma, agradeço à equipe do projeto – Amélia, Naiara, Lourenço, Chris, Fernanda, Juliana, Lúcia, Magda e Rafael – pela parceria na caminhada e por compartilharem essa história.

À professora Cornelia Eckert, por ter acolhido esta pesquisa, pela atenção despendida e por motivar o devir acadêmico.
Aos colegas do NAVISUAL, pelo trabalho e conhecimento compartilhado.

À minha mãe, pela coragem.
Ao meu pai, pelo estímulo à criatividade.
A ambos, por não impedirem o voo

À minha vó Lucena, por me ensinar desde cedo a beleza de contar histórias de vida e por dividir boa parte da sua comigo.
Ao meu vô Laudo (em memória), pela criticidade com que sempre viu os fatos. Também, pela inventividade, abrindo o mundo por meio da curiosidade.
A ambos, pela casa acolhedora, pelos livros e filmes que fizeram parte das minhas férias e finais de semana na infância.

À antropóloga Fabiela Bigossi, pelo convite para expor da Galeria Olho Nu. Igualmente, à colega Aline Lopes Rochedo pela frase ‘até lá tu inventa alguma coisa’, se referindo à adaptação da exposição em sala de aula para a Galeria.
À Jéssica Gertz, pelo fundamental apoio na construção da exposição “Vila Dique: entre o transitório e o permanente”.

À Fernanda Dalcin, pelo incentivo para ingressar no curso de Ciências Sociais.
À Renata Soares Costa, pelo compartilhamento de ideias, projetos e cafés.
À Diego Rincker, por ser um irmão, fazendo jus a tudo que essa palavra significa.
À Diego Schuh, pela inspiração de vida.

À Muriel Boeff, pela escuta tranquila.

À Marcos Hinterholz, pela força nas passagens difíceis.

À Eduardo Hungaro, pelas noites na chuva, assistindo raios e regando sonhos.

À Rafael Trenkel, por todas as andanças e traquinagens.

À Manuela Miranda e Marina Lua, pela ótima vizinhança e pelas fabulações no quarto 532.

À Pedro e Kalis, pela convivência harmoniosa dividindo poucos metros quadrados na casa do estudante.

Finalmente, à Mel, pela atenção e cuidado. Pela paz e pela pilha com que alimenta o dia-a-dia.

A todos, obrigado pela companhia!

*“Toda forma guarda uma vida.
O fóssil já não é simplesmente um ser que viveu;
é um ser que vive ainda, adormecido em sua forma.”*

Gaston Bachelard
A Poética do Espaço, 1989, p. 124

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade relatar o percurso antropológico desenvolvido no campo da política de remoções urbanas e reassentamentos em conjuntos habitacionais. Para tanto, o universo do estudo se concentra na remoção dos moradores da Vila Dique, em Porto Alegre/RS. Para iniciar esta caminhada, é fundamental entender as transformações urbanas no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX, fundamentalmente, no que tange à moradia das camadas populares. Também, é importante pensar nos aceleradores destes processos, no objeto aqui estudado, a preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 foi o principal disparador da remoção. A pesquisa se desenvolve há três anos no âmbito do projeto de Extensão Memórias da Vila Dique e há cerca de um ano no Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL), que sustenta o uso de recursos imagéticos na pesquisa antropológica. Os escritos que seguem se inserem na perspectiva da antropologia urbana e antropologia visual. Os recursos imagéticos são entendidos como fundamentais para uma maior compreensão do processo descrito no texto e, sobretudo, das falas dos moradores da Vila.

Palavras chave: cidade, imagem, política de remoções, projeto de extensão, etnografia

ABSTRACT

This research aims to report the anthropological way developed in the field of urban removals policy and resettlement in housing. Therefore, the universe of the study focuses on the removal of the residents of the Vila Dique, in Porto Alegre - Brazil. To start this journey, is critical to understand the urban transformations in Brazil from the late nineteenth century and early twentieth century. Fundamentally with respect to housing the popular classes. Also, it is important to think about accelerating these processes and the object studied here and the city's preparation for the World Cup 2014 was the main cause of removal. The research was carried out for three years under the Outreach project of the Memories Vila Dique and there about a year in Center for Visual Anthropology (NAVISUAL), which supports the use of image resources in anthropological researches. These written below are included in perspective of urban anthropology and visual anthropology. The pictorial resources are understood as central to a better understanding of the process described in this text and above all the speeches of the residents of Vila Dique.

Key-words: City, image, removals policy, outreach project, ethnography

Lista de Imagens

Figura 1: Entrada da Vila Dique pela Avenida das Indústrias	34
Figura 2: Rodas de memórias	36
Figura 3: Oficinas de fotografia	37
Figura 4: Mapa de Porto Alegre com recorte da Vila Dique	47
Figura 5: Localização da Vila Dique entre o Aeroporto Internacional Salgado Filho, a CEASA e o Aterro Sanitário da Zona Norte	48
Figura 6: Instituições criadas pelos moradores da Vila Dique	50
Figura 7: Terreno do Conjunto Habitacional Porto Novo em 2006	52
Figura 8: Terreno do Conjunto Habitacional Porto Novo em 2009	52
Figura 9: Terreno do Conjunto Habitacional Porto Novo em 2014	52
Figura 10: Montagem da exposição “Vila Dique: Entre o transitório e o permanente – NAVISUAL/2014.....	56
Figura 11: Cartaz da exposição “Vila Dique: entre o transitório e o permanente”	57
Figura 12: Estação 1 – Apresentação da Exposição.....	59
Figura 13: Estação 2 – Desplanificar.....	60
Figura 14: Estação 3 – Frações	61
Figura 15: Estação 4 – O som de cada caixa.....	62
Figura 16: Estação 5 – Despedida	63
Figura 17: Estação 6 – Recompor.....	64
Figura 18: Estação 7 – Cabide de Memórias	64
Figura 19: Estação 8 – Simetrias	65
Figura 20: Estação 9 – Quadra E	65
Figura 21: Moradores visitando a exposição “Vila Dique: entre o transitório e o permanente”	67
Figura 22: Lançamento dos livros “Memórias da Vila Dique” e “Da Vila Dique ao Porto Novo: rodas de memórias, extensão universitária e remoções urbanas” 67	
Figura 23: Moradores participando do 15º Salão de extensão da UFRGS	67

Lista de Tabelas

Tabela 1: Municípios, total, com favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, com cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco, com loteamentos irregulares e/ou clandestinos.	20
Tabela 2: Obras de preparação para a copa do mundo de 2014 e seus impactos sobre a habitação em Porto Alegre/RS.....	27

Lista de Gráficos

Gráfico 1: População urbana e rural brasileira: 1950 – 2010	18
Gráfico 2: Crescimento habitacional de Porto Alegre, 1872 – 2010.....	22

Lista de siglas

CEASA - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul

CBF - Confederação Brasileira de Futebol

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação

GHC – Grupo Hospitalar Conceição

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

NAVISUAL – Núcleo de Antropologia Visual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPGAS/UFRGS – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

USST – Unidade de Saúde Santíssima Trindade

Sumário

Introdução	14
1 – Progresso	18
1.1 – Políticas urbanas de habitação	18
1.1.1 – Políticas de habitação e de remoção	21
1.1.2 – Direito à moradia.....	24
1.1.3 – Megaeventos esportivos e violação ao direito de morar	25
1.2 – A cidade como campo de estudo	28
2 – Complexidades: Percurso etnográfico e metodologia	32
2.1 – O Primeiro contato com a Vila Dique	33
2.2 – A imagem escrita por muitas mãos: mostrar-se e enxergar o outro.....	37
3 – Acesso.....	41
3.1 – Informantes: “ <i>A gente aqui tá falando a verdade</i> ”	41
3.2 – Sobre abrir picadas: formação da Vila Dique a partir das lutas compartilhadas.....	46
4 – Cultivo	56
4.1 – Recontando histórias: experiência com imagens e memórias	56
4.2 – Questões éticas e restituição	66
Conclusão	68
Referencias	69

Introdução

Houve um período em que, longe da escola de humanidades, eu tentava me adaptar a uma “profissão do futuro”. No entanto, a graduação em Logística, sugerida por um professor do ensino médio, prestou-se a anunciar o inverso do que se esperava e o que o interesse pelos livros de “estudos sociais” denotava desde a infância: o encanto pelos fenômenos sociais.

Repentinamente, numa aula sobre o terminal de cargas do Aeroporto Salgado Filho, o professor da disciplina de armazenagem inclui na sua exposição a necessidade de remoção de uma vila que fica nas proximidades do aeroporto. Esta vila, segundo ele, atrapalha as obras de infraestrutura que visam a melhoria da cidade e o desenvolvimento regional. Aquela sentença ficou na minha cabeça e minha limitada compreensão não dava conta do universo das remoções urbanas. Em outras palavras, até ali não havia sequer pensado que era factível tirar alguém de sua casa e colocá-lo em outro lugar, na maioria das vezes, sem seu consentimento.

Esse momento de inquietude era um tímido início de uma recomposição. Nas minhas buscas bibliográficas subsequentes, estavam incluídos livros de filosofia e sociologia, até que, no ano de 2011 ingressei no curso de ciências sociais da UFRGS. Em janeiro de 2012, recebi por e-mail um convite para a seleção de bolsistas em um projeto de extensão chamado “Memórias da Vila Dique”. Parecia-me que finalmente as questões colocadas anos antes, a respeito das remoções urbanas, encontrariam terreno fértil para se desenvolverem. E assim foi.

Me inseri no projeto participando de reuniões de equipe onde eram debatidos os objetivos e as ações metodológicas que guiam o grupo. Além disso, nas reuniões de estudo o material já produzido pela equipe era revisitado e analisado, assim como textos sobre memória, patrimônio e notícias sobre remoções que vinham acontecendo em todo país em razão da Copa do mundo de 2014.

Foi na aproximação com a antropologia urbana e antropologia visual, substanciada há cerca de um ano, na disciplina de antropologia visual e da imagem, que o contato com recursos e técnicas audiovisuais tomou corpo, embora já as tenha empregado em menor escala em outros trabalhos até

então. Deste contato, surgiu a oportunidade de expor a narrativa visual “Vila Dique: entre o transitório e o permanente”, na Galeria Olho Nu, que acabou por consolidar o interesse de estudo nas sociedades complexas (Velho, 1987, p.17), principalmente, incorporando imagens e sons aos escritos sobre o campo de pesquisa.

Acompanhando a transferência dos moradores da Vila Dique para o Porto Novo, desde março de 2012, foi possível conhecer aspectos do seu cotidiano e observar as alterações que a mudança de território provocou nos moradores. No entremeio das histórias contadas, há aquelas de luta, que fixam raízes ainda mais fortes no território Dique, como um ‘a gente vai ser sempre diquelino’; as de dificuldade, que declaram que ‘aquilo não era lugar pra viver’; as de esperança, que almejam um devir com mais acesso à direitos ‘porque aqui é nosso!’; e outras que não denotam nenhum cansaço, porque ‘agora que eu vim, quero que quem ficou lá tenha sua casinha também’.

Sendo assim, esta monografia procura registrar e compreender as multifacetadas histórias de uma população que pensa seu espaço de moradia para além das padronizações impostas por modelos hegemônicos de cidade e que possui aspirações que não cabem nos modelos abstratos dos conjuntos habitacionais.

Os dados produzidos pretendem dar suporte a um diagnóstico sobre os aspectos que deixam a desejar nos conjuntos habitacionais, sobretudo, num contexto de remoção, onde a violência simbólica da ruptura dos vínculos está imbricada. Finalmente, que a produção gere condições para ampliar o debate acerca da elaboração de políticas públicas de habitação e projetos de urbanização.

I – Progresso

Avanço

Aumento

Desenvolvimento

*“Estou convencido de que as separações e os divórcios,
a violência familiar,
o excesso de canais à cabo,
a falta de comunicação,
a falta de desejo,
a apatia,
a depressão,
os suicídios,
as neuroses,
os ataques de pânico,
a obesidade,
a tensão muscular,
a insegurança,
a hipocondria,
o estresse
e o sedentarismo,
são culpa dos arquitetos e incorporadores.
Destes males, exceto o suicídio, todos me acometem.”*

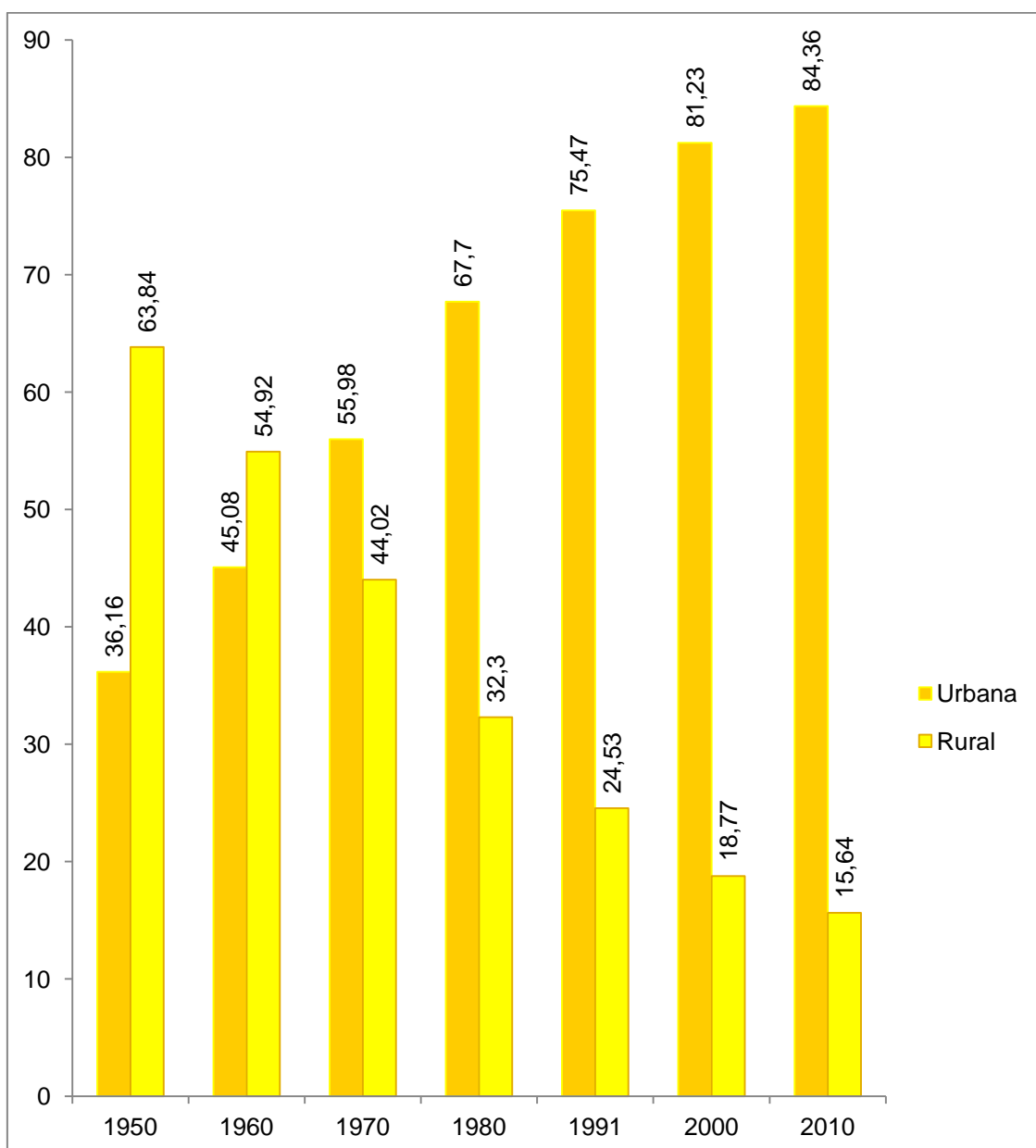
Medianeras: Buenos Aires da Era do Amor Virtual

1 – Progresso

1.1 – Políticas urbanas de habitação

Entre os anos de 1950 e 1990, o Brasil passou por um acentuado movimento migratório, provavelmente, o maior e mais rápido já registrado no país. De acordo com o censo do IBGE de 1950, a população rural correspondia a 63,84%. Embora o êxodo rural já estivesse tomando corpo desde 1930, impulsionado pelo primeiro ciclo de industrialização e desenvolvimento urbano, ele se intensificou nos anos subsequentes e na década de 1970 a população urbana superou a rural, encontrando-se na faixa dos 56%.

Gráfico 3: População urbana e rural brasileira: 1950 - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010.

Atualmente, 84,36% da população brasileira é considerada urbana. Uma parcela disto, sem dúvida, encontra-se entre a nebulosa definição do que é rural e do que é urbano. Um decreto¹, do então presidente da república, Getúlio Vargas, dá aos prefeitos o poder de definir o perímetro urbano de cada cidade. Por isso, nos locais mais remotos do Brasil é comum encontrar placas sinalizado o começo ou o fim do perímetro urbano, mesmo naquelas de porte populacional pequeno e onde sequer se encontra edifícios ou grandes indústrias, elementos associados ao urbano.

Afora o exemplo acima citado, capaz de atenuar um pouco os resultados apresentados pelo IBGE em relação à distribuição da população rural e urbana, não se pode desconsiderar o contingente de pessoas que migraram do interior dos estados para as cidades durante o processo de industrialização. A mecanização da agricultura e conseqüente falta de emprego no campo levou milhares de pessoas a buscar melhores condições de vida na metrópole.

Para o trabalhador rural, a migração se apresenta como uma tentativa de “melhorar de vida”, isto é, de restabelecer, em nível mais alto, o equilíbrio entre as necessidades socialmente definidas e a remuneração do trabalho. Assim como a migração é motivada por insatisfações que são sentidas sobretudo na esfera econômica, é a possibilidade de vir a obter uma condição satisfatória, isto é, que preencha ou venha a preencher, pelo menos em parte, as aspirações do migrante, que condiciona todo o processo de integração na zona urbana, ou determina, ao contrário, o retorno à vida rural. Vencido o problema da localização e locomoção, o que é feito com auxílio de grupos de relações primárias que ajudam o migrante a conseguir alojamento e aprender a locomover-se, apresenta-se a questão fundamental da colocação. A própria possibilidade de permanência na cidade, para os trabalhadores que migram com pouco ou nenhum recurso, está condicionada à possibilidade de obter rapidamente um modo de ganhar a vida. (DURHAM, 1973, p. 114)

As cidades, no entanto, não dispunham de infraestrutura suficiente para acomodar o contingente de pessoas que diariamente chegavam. Sem um planejamento urbano que dê conta da demanda produzida, ocorre uma ocupação desordenada em áreas ambientalmente frágeis, vulneráveis, ou simplesmente, informais.

¹ Decreto-Lei nº 311, de 2 de Março de 1938. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>

O processo de “implosão-explosão” das cidades, apontado por Lefebvre, sugere que as cidades tenderão cada vez mais à expansão, unindo-se horizontalmente a outras cidades e deixando como resíduo os subúrbios. Também, neste mesmo processo, a cidade germina verticalmente e, nas concentrações urbanas *“as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou por habitações)”*, (LEFEBVRE, 1968, p. 18). Este movimento, segundo o autor, denota os principais efeitos do surgimento da Era Urbana.

A pesquisa Perfil Municipal (IBGE, 2011) aponta a presença de condições irregulares de moradia em 100% das cidades com mais de 500 mil habitantes e em mais de 80% das cidades entre 100 mil e 500 mil/hab.

Tabela 1: Municípios, total, com favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, com cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco, com loteamentos irregulares e/ou clandestinos.

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios ²			
	Total	Com favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados	Com cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco	Com loteamentos irregulares e/ou clandestinos
Brasil	5565	807	633	3025
Até 5 000	1303	26	36	480
De 5 001 a 10 000	1212	74	86	585
De 10 001 a 20 000	1400	164	148	760
De 20 001 a 50 000	1043	249	178	699
De 50 001 a 100 000	324	115	75	249
De 100 001 a 500 000	245	147	91	216
Mais de 500 000	38	32	19	36

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011.

Para Raquel Rolnik:

A ilegalidade é uma das marcas da cidade brasileira, para além das metrópoles. No vasto e diverso universo de 5.564 municipalidades, são raras as cidades que não têm uma parte significativa de sua população vivendo em assentamentos precários. De acordo com estimativas do Ipea, baseadas em metodologia do UN-Habitat e em dados do Censo Demográfico, estão nessa condição aproximadamente 40,5% do total

² Cada município pode ter favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados e/ou cortiços e/ou casas de cômodos ou cabeças de porco e/ou com loteamentos irregulares e/ou clandestinos.

de domicílios urbanos brasileiros, ou 16 milhões de famílias, das quais 12 milhões são famílias de baixa renda, com renda familiar mensal abaixo de cinco salários mínimos. (ROLNIK, 2006, p.199)

Os discursos sobre as implicações sociais e ambientais da maioria dos extratos habitacionais precários surgem principalmente atrelados à violência urbana, aos casos de tragédias naturais e preponderantemente na disputa que enxerga a cidade como negócio, ou seja, a especulação imobiliária. O morador destas áreas, além de ser excluído economicamente, é defenestrado territorialmente por meio do sistema supracitado, pois suas condições básicas para a urbanidade são negadas.

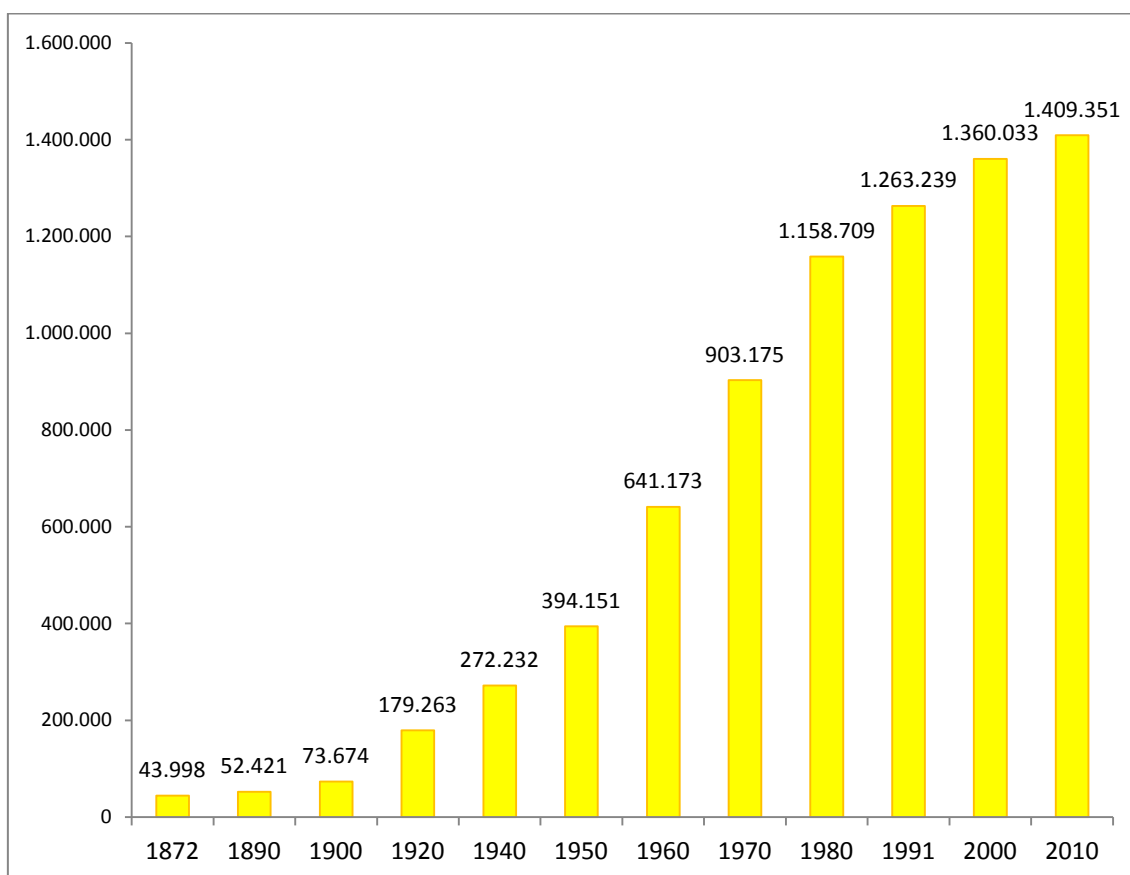
1.1.1 – Políticas de habitação e de remoção

Porto Alegre tem 1.472.482 habitantes (IBGE)³, de acordo com a estimativa para o ano de 2014. Segundo o levantamento anual do IBGE, foi a capital que menos cresceu em termos populacionais entre o ano de 2013 e 2014, tendo um aumento de 0,32%. Atualmente, a cidade ocupa o décimo lugar no ranking das capitais mais populosas.

Assim como no restante do país, o crescimento urbano de Porto Alegre começou a ocorrer timidamente a partir da década de 1920. Já entre 1950 e 1970, período de maior expansão urbana, a cidade cresceu 56,36%, passando de 394.151 habitantes para 903.175, como mostra o gráfico a seguir:

³ População estimada para 2014. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre>

Gráfico 4: Crescimento habitacional de Porto Alegre, 1872 - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. (1) População presente. (2) População recenseada. (3) População residente.

Nesse contexto de avolumamento da cidade, a presença de núcleos irregulares passou a ser uma constante. A remoção dos cortiços e becos no centro da cidade, já no fim do século XIX e início do XX, é indicado por Sandra Pesavento como uma primeira tentativa de ordenar a cidade.

Nesse momento de fim de século, o beco foi identificado como o reduto das sociabilidades condenadas, era um espaço maldito da cidade, frequentado pelos “turbulentos” da urbe. A situação se definia tanto mais grave porque tais espaços estigmatizadores se achavam encravados no centro da cidade, que se encontrava em processo de renovação e saneamento, tanto técnico quanto moral. Verdadeiros “lugares de enclave”, eles ameaçavam a ordem, pois expunham, pela contiguidade inevitável e indesejável, o mau lado da urbe. Para os cidadãos da Porto Alegre ordenada e disciplinada que viviam no centro, o “pecado” morava ao lado. (PESAVENTO, 2001, p.98)

Algumas décadas depois, no correr dos anos 1940, a administração pública entendeu necessárias novas remoções. Depois da extinção dos

cortiços, as malocas⁴ se tornaram alvo das políticas higienistas. Laudelino Medeiros, sociólogo pioneiro no estudo das malocas e contemporâneo desse processo, atentou para alguns aspectos das vilas que surgiam em Porto Alegre:

Em 1946 e especialmente em princípios de 1947 começou-se a observar o aparecimento de grupos mais ou menos numerosos de casebres em vários pontos da cidade. Sempre existiram centenas de casebres e mesmo grupos localizados em determinados lugares. Mas por esta época (46-47) o fato apresentou características novas. A construção em massa em lugares determinados – terrenos baldios, margem de estrada, logradouros públicos – apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de ‘vila de malocas’. (MEDEIROS, 1951, p.15)

Às vésperas do ano de 1950, frente à rápida transformação urbana, a prefeitura de Porto Alegre criou o Serviço de Habitação Popular, setor dedicado exclusivamente aos assuntos relacionados à habitação das camadas de baixa renda que estavam se assentando de forma precária no território urbano. Este setor, que em 1951 se transformava na Superintendência de Habitação Popular, realizou o primeiro estudo sobre o perfil habitacional da cidade. No ano subsequente, foi criado o Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP), cuja função básica era a construção de habitação para a população de baixa renda (Arquivos e Inventário do DEMHAB, 1961)⁵. Os jornais da época noticiavam as medidas tomadas para conferir maior organização à cidade e afastamento das malocas.

Célio vai confinar as malocas. Conforme determinação do prefeito todas as malocas existentes atualmente em zonas residenciais serão removidas e confinadas em uma gleba de terra adquirida pela Prefeitura na Estrada da Restinga [sic]... (ZERO HORA, 17 de nov. 1966, p. 2).

De acordo com Naida d’Avila, a criação do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), em 1964, se pautou na reestruturação do antigo DMCP, então sem verbas, e na articulação com o Banco Nacional da Habitação (BNH),

⁴ Maneira como são chamadas as casas consideradas precárias, localizadas em favelas.

⁵ Disponível em:

http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/diagnstico_porto_alegre.pdf

que tinha como tarefa a elaboração e o financiamento dos projetos que seriam executados pela autarquia (D'AVILA, 2000, p. 20).

Sob a condição de desenvolvimento e progresso, uma das políticas mais agressivas em prol do planejamento urbano de planos diretores, são as remoções de moradores de áreas consideradas irregulares. Uma rotina de apagamentos de territórios e de seus residentes tem se desenvolvido na cidade, assim como em várias outras metrópoles brasileiras. Toda vez que for considerada necessária uma nova avenida, uma via que descongestione o trânsito ou o espaço em questão se torne economicamente vantajoso, os moradores da área serão comunicados que terão que se mudar.

Formalmente chamado de *gentrification*, termo cunhado pela socióloga Ruth Glass, o processo consiste basicamente na expulsão dos moradores originais para dar espaço à sofisticação dos espaços na cidade. Ao observar a alternância de classes entre os moradores do centro de Londres, Ruth Glass descreve o fenômeno:

(...) Um por um, muitos quarteirões de Londres habitados pela classe trabalhadora foram invadidos pela – alta e baixa – classe média. Estrebarias e pequenas casas em estado de ruína, do tipo duas peças em cima e duas peças em baixo, foram tomadas quando os seus contratos de aluguel expiraram, para tornarem-se residências elegantes e caras. (GLASS, 1964, p. 5)

A valorização imobiliária de determinadas áreas, comumente localizadas nas partes centrais ou em pontos estratégicos da cidade – aeroportos, perto de indústrias, núcleos comerciais, etc. – é bem vista pela maioria da população porque requalifica estes locais, até então considerados decadentes. Os argumentos reunidos pelos planos de governo e reproduzidos na mídia se arvoram de estatísticas sobre violência, relatórios sobre risco geológico, situações de insalubridade e saúde entre outras para nutrir a justificativa de que é preciso mudar o caráter de algumas regiões.

1.1.2 – Direito à moradia

O direito humano à moradia⁶ foi abordado pela primeira vez em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e tomou corpo a partir de uma sucessiva série de tratados internacionais. O mais abrangente foi o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de 1966⁷, o qual apresenta a moradia digna como direito humano.

Em 1991, a fim de identificar os aspectos considerados mais relevantes em relação a essa disposição do Pacto, o Comitê das Nações Unidas de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais emitiu o Comentário Geral N.º 46. Trata-se de um documento⁸ facilitador na interpretação desse direito, considerando moradia digna aquela que contempla os seguintes elementos:

- Segurança Jurídica da Posse: todas as pessoas devem possuir um grau de segurança da posse que lhes garanta a proteção legal contra despejos forçados, expropriação, deslocamentos, e outros tipos de ameaças.
- Disponibilidade de Serviços e Infraestrutura: acesso ao fornecimento de água potável, fornecimento de energia, serviços de saneamento e tratamento de resíduos, transporte, iluminação pública.
- Custo de Moradia Acessível: adoção de medidas para garantir a proporcionalidade entre os gastos com habitação e a renda das pessoas, criação de subsídios e financiamentos para os grupos sociais de baixa renda, proteção dos inquilinos contra aumentos abusivos de aluguel.
- Habitabilidade: a moradia deve ser habitável, tendo condições de saúde, física e de salubridade adequadas.
- Acessibilidade: constituir políticas públicas habitacionais contemplando os grupos vulneráveis, como os portadores de deficiências, os grupos sociais empobrecidos, vítimas de desastres naturais ou de violência urbana e conflitos armados.
- Localização: moradia adequada significa estar localizada em lugares que permitam acesso às opções de emprego, transporte público eficiente, serviços de saúde, escola, cultura e lazer.
- Adequação cultural: respeito à produção social do habitat, à diversidade cultural, aos padrões habitacionais oriundos dos usos e costumes das comunidades e grupos sociais.

O direito à moradia adequada foi alçado à condição de direito fundamental no Brasil com constituição da república de 1988. Ratificado por meio do Decreto Legislativo N.º 226, de 12.12.1991 e promulgado pelo Decreto n.º 592, de 06.12.1992, que estabelece no artigo 11, I, o direito de toda pessoa a uma moradia adequada.

1.1.3 – Megaeventos esportivos e violação ao direito de morar

⁶ Artigo 25, I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

⁷ Disponível em:

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/direitos.htm>

⁸ Art. 11, do Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

O interesse do Brasil em se tornar sede da Copa do Mundo de 2014, foi manifestado há cerca de dez anos, mas foi em 2007 que as expectativas se confirmaram. Com otimismo, o então presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Ricardo Teixeira declarou *"a Copa do Mundo vai muito além de um mero evento esportivo. Vai ser uma ferramenta interessante para promover uma transformação social"*.⁹

A preocupação em mostrar capacidade de sediar os eventos esportivos de 2014 e 2016, copa do mundo e olimpíadas, respectivamente, acabou por impulsionar a reforma social (sobretudo física). Somado a esse interesse, em 2007 foi criado um pacote de medidas – o PAC¹⁰ (Programa de Aceleração do Crescimento) tendo como foco principal investimentos em habitação, transporte, saneamento básico, água e energia.

Para que o rearranjo das cidades ocorra, é preciso espaço. O espaço dos grandes centros, como sabemos, está ocupado, principalmente aquele que dá acesso aos principais polos de trabalho e de distribuição. Estes, por sua vez, são os principais afetados pelas medidas.

No que tange a habitação, há, segundo o PAC, interesse pela urbanização de assentamentos precários, acompanhado de saneamento e serviços de prevenção de riscos. O que se percebe é que esse processo não ocorre da forma tranquila como se descreve em seus projetos, segundo o que denuncia o dossiê *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*¹¹, existem, pelo menos, 21 casos de remoção forçada de moradores em sete capitais estaduais. O documento foi divulgado em dezembro de 2011 pela Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa¹² e relata desalojamentos irregulares em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Estima-se também, que no Brasil, atualmente, cerca de

⁹ SOCIOLOGIA: ciência & vida. São Paulo: Escala, ano 4, n.43, out./nov. 2012.

¹⁰ Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o desenvolvimento acelerado e sustentável. <http://www.pac.gov.br/>

¹¹ Disponível em:

https://www.dropbox.com/s/59kh0lfsjwduai/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf?dl=0

¹² Os comitês populares são organizações formadas a partir da união de movimentos sociais, acadêmicos e organizações políticas para fiscalizar e denunciar abusos e ilegalidades relacionados aos megaeventos esportivos que o Brasil vai receber nos próximos anos.

170 mil¹³ pessoas estejam com o direito à moradia ameaçado ou violado de alguma forma.

Em meio a estes e outros problemas da habitação brasileira, o país vive uma grande contradição: por um lado, há um déficit habitacional de 7 milhões de moradias, para que todos os brasileiros tenham onde morar, enquanto isso há 5 milhões de casas estão vazias.

Em Porto Alegre, as violações que atingiram o direito à moradia foram bastante significativas. De acordo com números oficiais, 6.245 famílias¹⁴ foram afetadas diretamente com as obras de preparação da copa do mundo de 2014. Esta pesquisa se concentra nas 1.479 famílias da Vila Dique que foram removidas, ou ainda estão em processo de remoção para o conjunto habitacional Porto Novo.

Tabela 2: Obras de preparação para a copa do mundo de 2014 e seus impactos sobre a habitação em Porto Alegre/RS

Empreendimento	Desapropriações e Deslocamentos				
	Residências Famílias até 3,5 SM ocupações	Residências Famílias mais 3,5 SM ocupações	Total de residências	Imóveis comerciais/terrenos/outros	Total
Ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho	1476	0	1476	0	1476
Corredor da Avenida Tronco	1525	144	1669	180	1849
Corredor de ônibus Padre Cacique / Av. Beira Rio	57	0	57	15	72
BRT Protásio Alves e Terminal Manoel Elias	0	0	0	1	1
BRT João Pessoa e Terminal Azenha	-	-	-	-	-
Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro	0	0	0	63	63
Prolongamento da Avenida Severo Dullius	0	0	0	9	9
Complexo da Rodoviária	0	0	0	2	2

¹³ Estimativa feita por pesquisadores e pela Articulação Nacional dos Comitês da Copa e das Olimpíadas. Não existem informações do governo sobre o número de pessoas removidas e que ainda se pretende remover em todo país.

¹⁴ 1.525 famílias (Av. Tronco), 70 famílias (entorno do Beira Rio), 1.479 (Vila Dique), 1.291 (Vila Nazaré) e 200 famílias (Vila Floresta), 1.680 (PISA)

BRT Av. Bento Gonçalves e Terminal Antônio de Carvalho	6	0	6	0	6
Entorno do estádio Beira Rio: 3 vias de acesso	10	0	10	0	10

Fonte: Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil

É notória a necessidade de moradia adequada para os residentes em comunidades carentes, no entanto, as discussões em que este tema entra na pauta, são sempre disciplinadas no sentido de influenciar o mercado imobiliário a produzir mais e mais territórios artificiais para onde são levados estes moradores. Entende-se aqui território na concepção de Milton Santos de “território usado”, onde “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (Santos, 2003, p. 47).

De acordo com Jane Jacobs, “tem-se exigido um volume extraordinário de incentivos financeiros governamentais para obter esse nível de monotonia, esterilidade e vulgaridade”, (JACOBS, 2009, p.5), referindo-se à decadência da nova urbanização. A autora questiona o padrão estético positivista empregado no urbanismo moderno e diz que estamos deixando de nos importar com o desempenho das coisas porque nos contentamos com “a impressão exterior imediata e fácil que elas transmitem” (JACOBS, 2009, p.6).

Assim, o planejamento urbano voltado para as populações de baixa renda tem se baseado em ações que partem da tabula rasa, que colocam existências distintas em caixinhas de concreto idênticas, que deixam de considerar os moradores constroem e são construídos pelo território (SANTOS, 2003, p. 47).

1.2 – A cidade como campo de estudo

A antropologia, que conhecidamente por muito tempo direcionou suas atenções para grupos e situações tradicionais, é frequentemente associada exclusivamente ao estudo de grupos e situações exóticas. Da mesma forma, a antropologia urbana muitas vezes é pensada como se esta fosse um desdobramento da antropologia tradicionalmente conhecida.

O sociólogo Robert Ezra Park, incorporou a coleta empírica de dados às pesquisas da Escola de Chicago em 1914. Embora não se constituísse como uma pesquisa antropológica legítima – afinal Park institucionalmente não era antropólogo – suas investigações tratavam claramente do estudo de sociedades complexas pelo viés do que mais tarde seria chamado de antropologia urbana:

Até o presente, a antropologia, a ciência do homem, tem-se preocupado principalmente com o estudo dos povos primitivos. Mas o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante, e ao mesmo tempo sua vida é mais aberta à observação e ao estudo. A vida e a cultura urbanas são mais variadas, sutis e complicadas, mas os motivos fundamentais são os mesmos nos dois casos. Os mesmos pacientes métodos de observação despendidos por antropólogos tais como Boas e Lowie no estudo da vida e maneiras do índio norte-americano deveriam ser empregados ainda com maior sucesso na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais e concepções gerais de vida que prevalecem em Little Italy, ou no baixo North Side de Chicago, ou no registro dos folkways mais sofisticados dos habitantes de Greenwich Village e da vizinhança de Washington Square em Nova York (Park, 1915, *apud* Velho, 1987, p. 28).

A esse respeito, José Guilherme Magnani revela que “ao tomar como objeto do seu estudo as sociedades chamadas complexas, a antropologia urbana não deixa de ser antropologia”, (MAGNANI, 2003, p. 82). Assim, o que Park quer dizer é que a antropologia não está restrita a um objeto (povos primitivos), contudo, há um comprometimento com a metodologia antropológica, como ele mesmo demonstra com o emprego de “pacientes métodos de observação”, declaradamente uma prática etnográfica. É no horizonte destas discussões que opto pela antropologia urbana para desenvolver um tema de pesquisa.

II – Complexidades

Composto

Múltiplo

Sem número

*“Até que os leões tenham seus próprios historiadores,
as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.”*

Eduardo Galeano, O livro dos abraços

2 – Complexidades: Percurso etnográfico e metodologia

Como já mencionado, ingressei no projeto de extensão Memórias da Vila Dique em março de 2012, muito antes de considerar qualquer tema de pesquisa e ainda sem ter nenhum contato com a antropologia urbana. O projeto, que se iniciou em 2010, se desenvolve a partir de uma equipe multidisciplinar, composta por acadêmicos da UFRGS e profissionais da Unidade de Saúde Santíssima Trindade (USST) - vinculada ao Grupo Hospitalar Conceição – e tem a finalidade de acompanhar a remoção da Vila Dique para o Conjunto Habitacional Porto Novo, ambos os territórios localizados na zona norte de Porto Alegre.

Com a remoção das primeiras casas, um clima de insegurança se estabeleceu na Vila. Sem saber se iriam se mudar, quando e como isto aconteceria, alguns moradores remanescentes passaram a comentar sobre sua insatisfação durante as consultas na USST. Frente à recorrência das declarações, surgiu a ideia de escrever a história da Vila Dique, uma maneira de manter um registro sobre o cotidiano vivido em comum e uma tentativa de transmitir às gerações futuras um sentimento de comunidade e de construção de um território vivido nas lutas por condições de vida adequadas.

Atendendo a essa demanda, a primeira edição do Projeto Memórias da Vila Dique consistiu na elaboração e execução de rodas de memórias. As rodas, orientadas no sentido promover a interação e produção de uma memória coletiva a partir das conversas e histórias, culminaram na produção de dois livros. O primeiro, “Memórias da Vila Dique”, contém falas e fotos e moradores, produzidos nas rodas de memórias e nas oficinas de fotografia. O segundo, “Da Vila Dique ao Porto Novo: Extensão Popular, rodas de memórias e remoções urbanas”, traz sensações da equipe do projeto produzidas a partir desse encontro com os moradores.

Na segunda edição, em 2013, o projeto voltou o olhar para os jovens moradores do Porto Novo, a fim de cartografar suas práticas no velho e no novo território, Vila Dique e Porto Novo, respectivamente. Para tanto, os jovens participaram de oficinas de roteiro com a finalidade de construir suas versões

sobre os dois territórios em jogo e a posterior produção de um documentário¹⁵ com a colaboração de uma equipe especializada.

Este ano, o projeto está empenhado em construir marcas de memória no Porto Novo. As marcas, elaboradas em conjunto com os moradores, contam a história das instituições, dos espaços ou dos grupos a partir de fotos trazidas de álbuns pessoais, do acervo da Unidade de Saúde e das falas produzidas nas rodas de memórias.

Como consequência do contato intenso com imagens, me matriculei na disciplina de Antropologia Visual e da imagem, oferecida no segundo semestre de 2013. Os estudos narrativos visuais orientados na disciplina permitiram a elaboração de um trabalho final, onde os elementos debatidos em aula deveriam ser condensados em uma apresentação visual dos dados produzidos no campo. A adaptação deste trabalho final culminou na elaboração da exposição “Vila Dique: Entre o transitório e o Permanente”, que será apresentada com mais detalhes no último capítulo desta monografia.

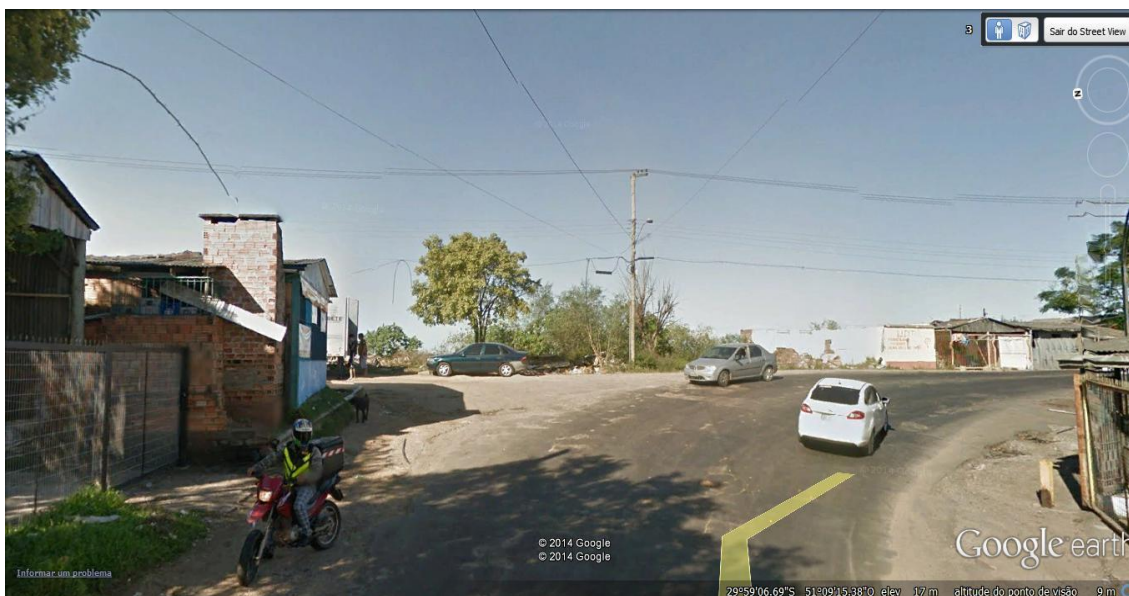
2.1 – O Primeiro contato com a Vila Dique

Antes de ir a campo, explorei remotamente o território da Vila Dique através do *Google Earth*¹⁶, instrumento que permite a contemplação remota e o mapeamento virtual da paisagem. A leitura a partir deste dispositivo, é, ao mesmo tempo, afastamento e aproximação. Afastamento, porque não se está fisicamente impresso naquele lugar. Aproximação, porque permite conhecer um pouco o terreno que encontraremos em campo.

¹⁵ O documentário foi dirigido por Eduardo Christofoli, da Colateral Filmes e produzido por Flávia Matzenbacher, da Primeiro Corte Produções.

¹⁶ Google Earth é um programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa estadunidense do Google cuja função é apresentar um modelito tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas (fotografadas de aeronaves) e GIS 3D. Desta forma, o programa pode ser usado simplesmente como um gerador de mapas bidimensionais e imagens de satélite ou como um simulador das diversas paisagens presentes no Planeta Terra. Com isso, é possível identificar lugares, construções, cidades, paisagens, entre outros elementos. O programa é similar, embora mais complexo, ao serviço também oferecido pelo Google conhecido como Google Maps. http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Earth, último acesso em 03/12/2014.

Figura 1: Entrada da Vila Dique pela Avenida das Indústrias



Fonte: Google Street View

O dia 06 de março de 2012 foi dedicado à pesquisa etnográfica. Chegando a campo, andei poucos metros até o posto de saúde, onde a psicóloga Christiane, também integrante do projeto Memórias da Vila Dique, e os residentes da Unidade de Saúde Santíssima Trindade, me aguardavam para fazer uma caminhada no território. Circulei brevemente pelos pequenos ambientes do posto, bebi água e em seguida partimos para a caminhada.

Saindo, percebi que nos poucos minutos que fiquei dentro da USST toda a cena externa havia se modificado. O acesso à vila tinha sido fechado e agora a Avenida Dique comportava uma movimentação diferente das fileiras de carros, em dois sentidos, que diariamente configuram o trânsito.

Caminhões, caminhonetes, Kombis e mesmo carros de passeio encontravam-se agora dispostos ao longo do trecho da avenida para transportar as caixas que se aglomeravam nas portas das casas, avançando para o jardim. Era dia de remoção. Armários, camas desmontadas, caixas com roupas, calçados, brinquedos, louça, sacolas com alimentos, cadeiras e geladeiras iam sendo preparados para serem transportados. Animais de estimação também figuram entre os pertences que pouco a pouco são colocados dentro dos caminhões.

Mudanças se misturam, quatro, cinco, num mesmo baú. Algumas carregadas com menos cuidado que outras. Algumas com vontade de ficar, outras querendo logo seu novo lugar.

A vila, que é desfragmentada aos poucos, em grupos¹⁷ de 60 à 80 casas, naquele dia parece que vai ser levada por inteiro, tamanho o envolvimento do entorno. Além dos moradores, está presente uma equipe técnica-social, amparada pela sombra de uma grande árvore.

Neste dia, não fiz uso de nenhuma câmera fotografia ou gravador, visto era meu primeiro contato e que articular uma negociação num momento delicado como o de uma remoção não seria ideal. No exercício de andarilhar pela Avenida Dique produzi um repertório de impressões diferente daquele com o qual tinha chegado no local. A ideia mais forte até então era a de que a situação de todos os moradores era precária e que caminhar no território seria uma tarefa difícil, para não dizer perigosa. No entanto, fui surpreendida por ares interioranos e com uma relativa calma, não fosse o barulho da remoção.

A participação nas rodas de memórias constituiu um segundo contato com a Vila, muito mais próximo e sensível. As rodas, entendidas como um *“processo livre, aberto, democrático, informal, onde os indivíduos se podem manifestar tal como são, sem se sentir presos a papéis determinados”* (Woods, 1987 apud Sarmiento, 2003, p. 162), para que as memórias possam se fazer de forma espontânea, seguindo lentamente suas derivas e percorrendo com atenção os seus espaços vagos e de silêncio, (Sarmiento, 2003, p. 162).

¹⁷ A transferência dos moradores começou em outubro de 2009 e por se tratar de uma remoção de quase 6 mil pessoas, a mudança (e a própria conclusão das casas), é processada aos poucos, onde cerca de 60 famílias se mudam em cada etapa.

Figura 2: Rodas de memórias



Fonte: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

Foram realizadas três rodas de memória. A primeira em junho de 2011, no Clube de mães da Vila Dique. A segunda se realizou em setembro de 2011, na Unidade de Saúde Santíssima Trindade (atualmente já removida para o Porto Novo). A terceira em maio de 2012, na USST, recém inaugurada no Porto Novo.

A distribuição de espaços e principalmente o intervalo entre uma roda e outra, permitiu conhecer o sentimento dos moradores em diferentes fases da remoção. Primeiro, enquanto ainda imaginavam como seria morar no Porto novo e depois, já produzindo suas impressões acerca do novo local de moradia, com expectativas refeitas.

As rodas, normalmente mediadas por um integrante do projeto, possuem uma fala inicial, que serve como base para o início da conversa. A terceira roda, realizada no Porto novo, pretendida captar reações ao novo espaço de moradia, assim, a mediadora:

Renata¹⁸: Tá, então assim, a gente vai continuar – O Seu Albino vai se apresentar, e a Dona lara, a gente termina de se apresentar e aí volta a falar, para começarmos a conversar “e aqui?” “e agora?” como é que está sendo. Seu Albino, por favor.

¹⁸ Mestranda em História/UFRGS e bolsista do Projeto Memórias da Vila Dique

Além das rodas de memórias, foram realizadas entrevistas individuais, conduzidas por um roteiro prévio que ia se adaptando às respostas do entrevistado.

2.2 – A imagem escrita por muitas mãos: mostrar-se e enxergar o outro

Tão importante quanto o registro da fala, a preocupação em registrar imagens como evidências de pesquisa esteve sempre presente. Principalmente, para acompanhar o fluxo de memórias e ter como recurso não apenas os registros orais, mas também imagens compostas por moradores. Por isso, foram realizados cursos de fotografia em que, inicialmente, um profissional instrua de forma rápida e básica a utilização de câmeras fotográficas e, após, os participantes saíam em campo para tirar fotos.

Figura 3: Oficinas de fotografia



Fonte: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

Na oficina, que contou com os moradores já reassentados no Porto Novo, foi proposta uma visita à Vila Dique, com a finalidade de refazer percursos e reconhecer espaços caros aos participantes. Todos aceitaram de pronto, alguns, inclusive, não voltavam para a Vila desde sua remoção, mostrando-se ansiosos para rever vizinhos, amigos ou familiares.

A memória dos moradores foi sempre problematizada no sentido de gerar conhecimento, afinal, em um campo tão denso como a memória,

considerar resultados únicos e apenas peças que se encaixam pode dar um passo atrás na produção de conhecimento, como muito bem coloca Alistair Thompson:

Ao tentarem descobrir uma história isolada, estática e recuperável, alguns historiadores às vezes não levavam em conta as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões sobre o passado fornecidas por diferentes narradores. Na tentativa de eliminar as tendências e fantasias, alguns profissionais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Não percebiam que as chamadas distorções da memória, embora talvez representassem um problema, eram também um recurso. (THOMSON, 1997, p. 62).

Ao contemplarem os espaços de relevância individual ou coletiva, os moradores contavam suas histórias e se mostravam emocionados, despertando memórias através do contato com o lugar e as edificações que embora caídas, eram reconhecidas por eles. Segundo Sandra Pesavento, memória, nesse sentido, é a *“presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado”*, (PESAVENTO, 2002, p. 25).

Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados

III – Acesso

Entrada

Admissão

Acolhimento

3 – Acesso

3.1 – Informantes: “A gente aqui tá falando a verdade”

Miranda

A Vila dique, eu não imaginava que existia uma vila como em 89 eu vim parar nela. Eu morava na Cairu, num apartamento alugado, casada, tinha um filho de 4 anos, e aí o meu marido arrumou um emprego de caminhoneiro, pra viajar pro Rio, São Paulo e Brasília, e eu não trabalhava fora, eu só cuidava do meu filho, e ficava no apartamento enquanto ele viajava, e esse dono do caminhão onde ele trabalhava, morava na Vila Dique e aí apareceu uma casa, pra comprar, aonde é o posto agora, aonde é o posto agora é onde eu morava, aí ele pediu, chegou em casa de viagem veio acertar as contas ali com o patrão dele e ele chegou em casa dizendo que tinha uma casa pra vender, e se eu queria ir morar na Vila Dique, eu nunca tinha visto falar em nome de Vila, eu... eu fazia pouco tempo, não fazia pouco tempo, fazia uns... dez anos que eu morava em Porto Alegre, mas eu morei no Partenon, perto da Redenção, na Avenida Farrapos, e na Cairu, e daí quando eu entrei pra Vila Dique, eu me apavorei, eu me apavorei! Uma que a gente pagava aluguel, era só ele que trabalhava, e a gente pagava aluguel, mas... aí quando eu vim ver a casa, a casa pendida pra baixo, né?! a casa não era retinha (riso), a casa pendida pra baixo assim, e eu disse 'olha, se é pra ser o meu destino vamos lá!', pra sair do aluguel, até pra... com esse dinheiro do aluguel dava pra fazer um rancho dentro de casa. Aí nós viemos, a gente fez o negócio, o negócio era a herança da minha mãe, né?! que eles fizeram e me deram e eu usei esse dinheiro pra comprar a nossa primeira casinha. Chegamos numa quarta-feira, ele largou a mudança no pátio, já tinha vindo limpar a casa e tudo, quando chegou a hora de vim fazer a mudança, era 4 horas da tarde numa quarta-feira, ele chegou com a mudança, largou no pátio e disse: olha te vira que eu tenho que viajar. E eu sozinha na Vila, não conhecia ninguém, não sabia nem a quem recorrer. Porque agora, eu sozinha aqui... Dali há pouco já chegou o vizinho do lado, que tinha um vizinho do lado que morava, um casal de jovens, chegaram e já se ofereceram pra ajudar, pra colocar as coisas pra dentro, que ele não tinha tempo, ele tinha que carregar o caminhão pra ir pro Rio, e ele voltaria só no domingo à noite. Aí eu comecei a chorar, "e agora, o que que eu faço aqui sozinha?" Ela disse: não, não te preocupa, aqui é tranquilo, tu vai te acostumar, aqui é muito bom de morar, os vizinhos são legais, não tem violência não tem nada... Aí eu fui, na primeira noite eu não dormi nada, passei a noite em claro, e fui arrumando as minhas coisas, tanto que eu terminei era 4h da manhã de arrumar as minhas coisas dentro de casa. E, depois quando clareou o dia é que eu fui dormir um pouquinho, né? Deitei um pouquinho, dormi até ali pelas 10h e acordei. Daí que eu comecei, a vizinha já veio ali: quer chimarrão? E já fui começando a fazer amizade.

É assim que Almerinda Argenta Gambin, conhecida por todos como Miranda, começa contando sua história na Vila Dique. Depois de seis meses na Vila, Miranda foi convidada a participar de um grupo de educação e saúde, organizado pela USST, que acontecia de forma itinerante na casa das participantes. A partir daí, ela passou a integrar outros grupos de promoção da saúde e em 1992 se tornou agente de saúde do Grupo Hospitalar Conceição.

Miranda morou na Vila Dique entre 1989 e 2012 e foi presidente do Clube de Mães Margarida Alves, do qual participa até hoje. Alfabetizou crianças e idosos e lutou pela construção da Escola Migrantes e pela vinda de professores.

Miranda foi removida na manhã de dia 25 de maio de 2012, ocasião em que permitiu que filmássemos sua mudança. Além disso, Miranda tem uma participação fundamental no projeto Memórias, onde auxilia no planejamento de ações e atua como facilitadora no contato com os moradores. Devido a sua relação próxima com a maioria deles, seus convites são sempre muito bem recebidos. Ela também é uma importante disparadora de histórias. A partir de suas memórias, conecta-se com outros moradores e incentiva-os a contar suas histórias.

Maria Nazário

Maria Nazário morou na Vila Dique durante 23 anos e meio e mora no Porto Novo há um ano e meio. Chegou em Porto Alegre com 9 anos, trabalhou em uma casa de família, cuidando de crianças e ajudando a patroa com atividades domésticas. Com 11 anos já morava com outra família, trabalhando novamente como doméstica, até que por motivos de doença foi levada de volta para a casa de sua família, em Sombrio/SC.

Ainda criança, junto com os pais, se mudou para o Balneário Gaivota/SC, onde viveu por dois ou três anos. Em seguida, diante do estado de saúde de seu pai, mudou-se para Tramandaí/RS, onde se casou e teve filhos.

Meu marido trabalhava aqui em Porto Alegre e eu morava em Tramandaí. Então eu tinha três filhos e, às vezes, quando ele chegava lá, não tinha dinheiro porque ele gastava com pensão, com passagem. Tudo na... O salário dele era pouco então eu lá tava vivendo às custas

quase de meio salário que eu trabalhava e ganhava e a ajuda dos meus pais, dos meus irmãos. Então daí foi onde eu vim pra cá. Daí, comprei um terreninho ali, pedi dinheiro emprestado e comprei o terreninho ali. Daí eu vendi o meu em Tramandaí pra pagar esse aqui. Onde eu morava no dique ali.

Daí eu fui pedir ajuda, porque nessa época eu tinha... tava sem dinheiro e fui pedir ajuda, eu ganhei ajuda, num compadre meu e ele nos ajudou a fazer a casinha. Inclusive ele trabalhou junto na construção. E aí eu me mudei, porque eu pagava aluguel, onde eu tava morando. Eu vim de Tramandaí pra Cachoeirinha e ali eu pagava aluguel, até fazer a minha casinha ali. Dali eu fiquei... morei ali [Vila Dique] muitos anos.

Sobre a expectativa de ser removida, Maria Nazário não atribui exclusivamente à proximidade da Copa do Mundo de 2014. Visto que sempre estive envolvida nas lutas por melhores condições de moradia na Vila.

Ah, eu não sei, porque a gente batalhou bastante por melhores moradias. A gente foi bastante no Orçamento Participativo, a batalha foi grande pra conseguir e foi onde eles começaram a dizer que a vila ia sair, a vila ia sair. E a gente nem acreditava, porque falavam tanto e nunca saía. Desde que eu fui morar lá, eu ouvi isso. Mas enfim, saiu, graças a Deus.

Lá a gente tinha medo de construir e perder. Era isso que a gente temia. Tu gasta, faz uma construção, depois vai tudo abaixo...

Conversando sobre sua nova morada, ela diz que o ambiente é mais limpo e que sua saúde melhorou. Conta que na Dique vivia com crises de asma porque respirava muita poluição dos carros em razão da proximidade da casa com a Avenida Dique, onde o trânsito é constante. Além disso, ela conta que o acesso ao comércio foi facilitado, porque existe uma variedade de comércios no Porto Novo, diferente da Vila Dique.

Aqui eu não preciso pegar ônibus pra ir na farmácia, pra ir no mercado, pra ir em qualquer lugar que eu queira, tudo tem aqui. Então é bem melhor que lá, porque tudo o que a gente queria tinha que ir pro centro e aqui não precisa.

Albino Fisher

Olha, eu vim, na verdade, não vou dizer que eu sou igual a uma andorinha, mas eu vinha na busca de alguma coisa como a andorinha que busca os seus galinhos.

Depois de morar 31 anos na Vila Dique, Albino Fisher foi removido para o Conjunto Habitacional Porto Novo, em outubro de 2011. Participante ativo nas rodas de memórias, Albino conta sua trajetória de idas e vindas entre Iraí e Porto Alegre e sua busca por um cantinho no mundo.

Eu vim conhecer Porto Alegre em 82, eu fui morar lá perto do Beira-Rio, lá em embaixo na tal de Vila Cai-Cai¹⁹. Lá que aprendi a conhecer Porto Alegre, bem no meio de um, não desfazendo o lugar, mas, bem dentro do formigueiro, que eu não conhecia nada, não sabia o que era isso, o que era aquilo, entendeu? E aí eu fui morar com meus filhos e com a finada esposa que eu tive, onde aprendemos a conhecer, mas depois demos fora de novo, não dá pra ficar. Pra quem era lá da colônia, num lugar daquele ali não dava.

Albino conta que trocou de casa algumas vezes, à medida que “abria picadas”, a foice e facão. Junto com vizinhos, lutou por condições dignas de moradia na Vila Dique.

Quando chegamos lá, nós não tínhamos luz, nós não tínhamos água, nós não tínhamos nem aquela rua lá pra baixo, a rua de chão, que eles chamam agora. Assim que abria à facão aquele camaleão por cima, nós podíamos passar. E aí depois de um certo tempo, foi ajeitando, arrumando, aí nós fomos atrás da prefeitura e coisa e eles começaram a ajudar a limpar mais a rua pra nós poder passar, morar lá melhor e tudo. Aí depois que começaram, colocaram luz pra nós, depois colocaram água, já foi umas conquistas boas que nós conseguimos lá e tudo. Depois começamos a fazer reunião pra conseguir aquele posto que nós tínhamos lá. Depois a escola, a Migrantes, a creche, tudo isso aí foram conquistas que nós conseguimos, através da ajuda da turma do posto [equipe da USST].

Seu Albino conta de forma efusiva sua participação na construção do galpão de reciclagem da Vila.

Nós construímos esse galpão. Nós buscamos esse material, a madeirama né. Nós buscamos lá em Guaíba, numa área do IBAMA. O Irmão Antônio que conseguiu arrumar as madeiras lá, e nós íamos lá buscar. Nós íamos com uma água até aqui em cima [mostrando na cintura], que tinha uma lagoa para tirar as madeiras. Tu nem podia tirar as madeiras, só as que estavam sendo eliminados da água, que estavam morrendo por causa da água, ou um problema ou outro que dava na madeira que estava morrendo né.

Também, relata que um dos fatos mais marcantes de sua vida na Dique foi o incêndio do galpão.

¹⁹ A Vila Cai-Cai se localiza no bairro Cavalhada, Zona Sul de Porto Alegre.

Naquela época eu morava bem perto, eu morava do lado onde era o posto de saúde. E, quando foi de madrugada, de repente, aqueles carros buzinando, que todo mundo ali passava. Aí os caras buzinando, buzinando, eu levantei pra ver o que era e vi aquele clarão ali, o galpão pegando fogo e coisa... Então, quantos dias sem trabalho, a prefeitura daí ajudava nós com um pouco de mantimento prá nós nos mantermos até construir tudo de volta e nós mesmos tínhamos que ajudar a construir tudo de novo e tudo. Aquilo ali marcou.

Agora, morando há três anos no Porto Novo, Albino e sua esposa, Ana Maria Mota Fischer, se mostram otimistas com o novo território, embora “sempre tenha algo pra melhorar”.

Ah, pra certas coisas, pra certos, como vou dizer assim, o lugar, pra morar e coisa e tudo, é melhor do que como era lá na vila, porque lá quase não tinha espaço, a gente morava na verdade em cima de um camaleão. E aqui a gente tem um pouco mais de espaço e coisa. Só que aqui eu estranho uma coisa que... ah, fica meio assim, a gente querer falar do comportamento das pessoas, mas na verdade teria que ser assim, no caso, nós fomos morar num lugar melhor, num ambiente mais agradável, a gente tem que procurar mudar o sistema de comportamento, de respeito e tudo, também. Eu não vou dizer que a gente não tá sendo respeitado mas no meu modo assim de dizer, que eu procurei não trazer certas coisas que eu passava que eu tinha que no modo de viver lá eu procurei deixar prá lá, trazer coisas melhor pra..., entendeu? E nem todo eu acho que conseguiram fazer esse lado. Porque a gente tava no começo a gente tava sendo desrespeitado aqui, a gente procurava ajudar a ordenar, eles não aceitavam, eles vinham até agredir e coisa aqui dentro do pátio e tudo, mas em certo tempo de tanto se procurar conversar com o pessoal lá do posto e mesmo com a comunidade e coisa aí a gente fazia reunião daqui e dali e se conversava e devagarzinho tá se ajeitando, a coisa então tá melhorando, mas precisa muita coisa melhor, mas sempre tem algo pra melhorar.

Seu Antônio

Aqui que pra mim tá bom mas sobre o meu lar eu não acho bom. Lá eu plantava, tinha toda a liberdade lá na chácara, né? Aqui tem tudo, não falta nada, eu sinto falta é da minha liberdade. Eu vivia melhor onde eu vivia por causa da plantação.

Seu Antônio chegou em 1956, foi o primeiro morador da Vila Dique e descreve aos demais participantes da roda de memórias como era a Vila nos primeiros anos de ocupação, onde as tentativas de remoção eram frequentes, por existirem mais ou menos 20 casas na região.

Inclusive não tinha nada ali, era uma plantação de arroz, era uma granja, criação de animal de raça. O aeroporto era só um pedacinho lá onde é o estacionamento do aeroporto, a pista ia só até lá. Tinha uma população ali a esquerda, retiraram todo mundo. Onde tomaram conta, foi do outro lado. [Depois] fizeram asfalto que não tinha, era estrada de chão. Passava direto pelo Lindóia, lá em cima no Lindóia. Eu ajudei até a fazer a parte da terraplanagem do Lindóia, pra fazer a fundação. A primeira casa que saiu no Lindóia eu ajudei a fazer. E nós plantava da Assis Brasil até a Sertório, tudo nós plantávamos lá atrás do Lindóia. Tinha tambo²⁰ lá, o filho do dono da chácara que tinha tambo lá. Faz séculos, né. E eu me sentia bem, né. Chegava de manhã, ia pro campo, andava a cavalo, campereando. Aquilo pra mim era um lazer especial.

O morador relata desolado a falta que sente da Vila Dique e aos poucos tenta reconstituir hábitos que era muito comuns no local onde morava.

Antônio: Lá em casa fiz uma plantaçãozinha: Couve, temperinho verde, árvores.

Magda²¹: Que árvores o senhor plantou seu Antônio?

Antônio: Amora, uma amoreira, plantei chuchu, cerejeira, couve. To plantando, tem bergamota, laranja, tudo apertadinho. Não é muito, mas eu faço, eu gosto.

Seu Antônio foi encaminhado ao hospital logo após o lançamento dos livros do projeto Memórias da Vila Dique, nos quais colaborou substantivamente. Veio a falecer dias depois.

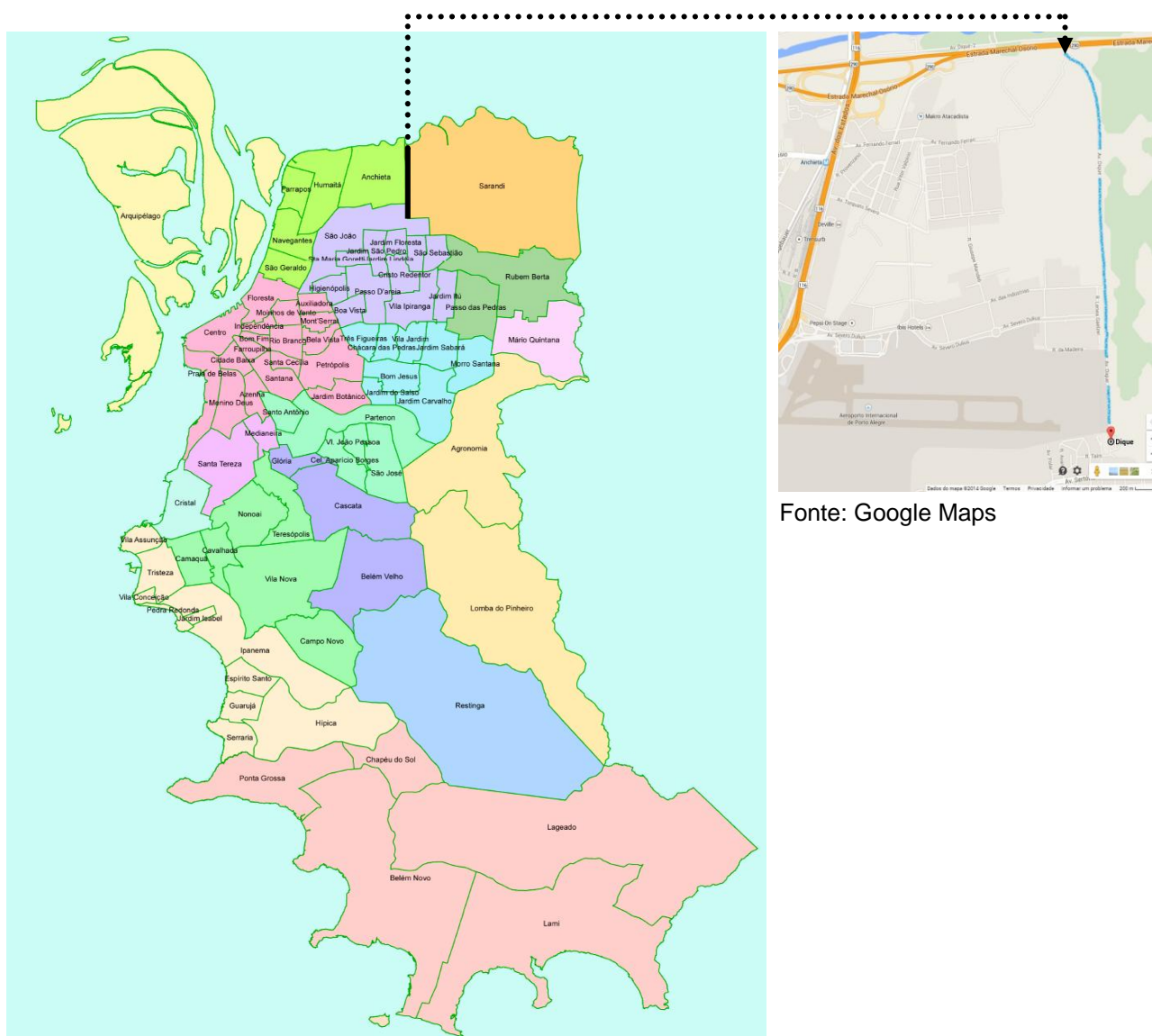
3.2 – Sobre abrir picadas: formação da Vila Dique a partir das lutas compartilhadas

Localizada na zona norte da cidade de Porto Alegre/RS, a Vila Dique fica na divisa de três bairros: Anchieta, à oeste, Sarandi à leste e São João ao Sul. Afora os limites formalmente estabelecidos, a Vila pode ser facilmente encontrada no mapa se tomarmos como referência o Aeroporto Internacional Salgado Filho.

²⁰ No Rio Grande do Sul, é uma expressão que denomina o estabelecimento onde são mantidas as vacas para a venda do leite.

²¹ Técnica em saúde bucal. Integrante da equipe do projeto Memórias da Vila Dique.

Figura 4: Mapa de Porto Alegre com recorte da Vila Dique



Fonte: Google Maps

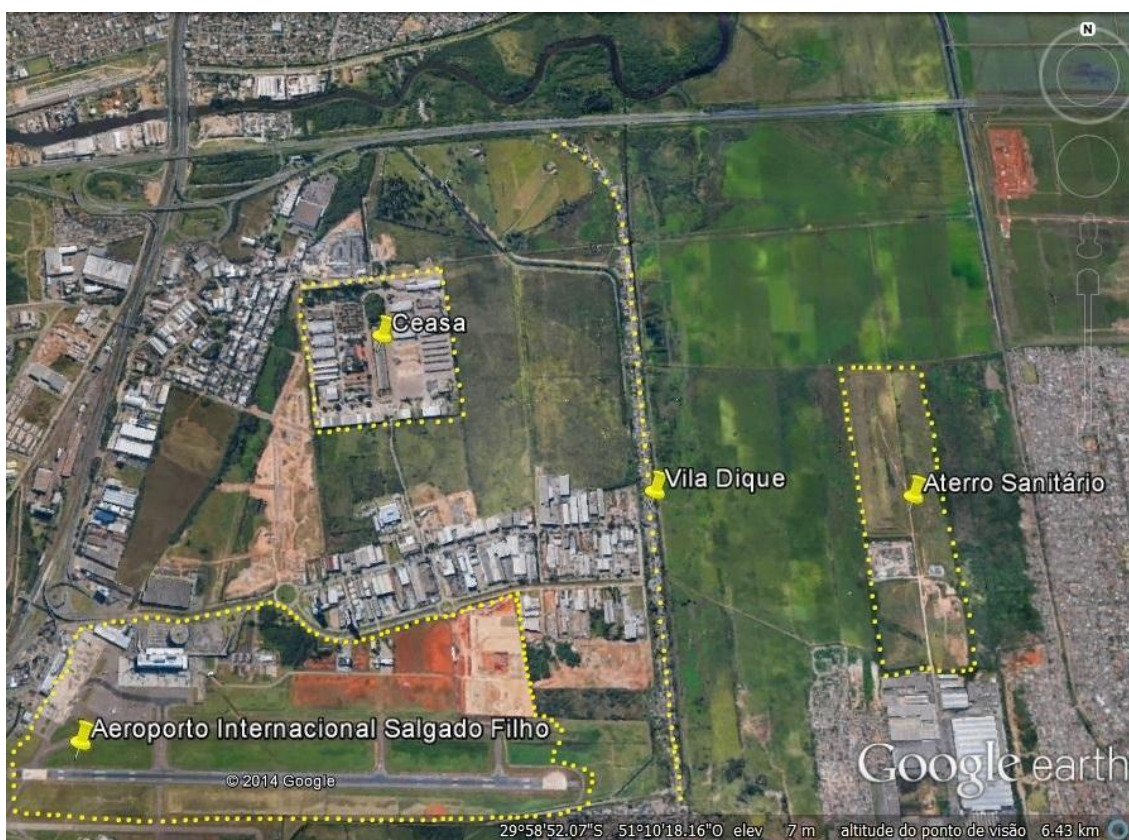
Fonte: Observatório das metrópoles

O dique²², construído para conter os frequentes alagamentos da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, foi sendo ocupado gradativamente a partir da década de 1950, por famílias oriundas do interior do Rio Grande do Sul, sobretudo, descendentes de alemães e italianos, do noroeste e do sudeste do estado. O êxodo rural que se operou chegou ao auge nas décadas de 1980 e 1990, dada à dificuldade dos pequenos agricultores de subsistir na zona rural.

²² Construção destinada a represar águas.

Chegando à capital, as oportunidades de trabalho se multiplicavam, estimulando assim os primeiros moradores a atraírem seus familiares e conhecidos para morar na Vila. O extinto lixão da zona norte (fechado em dezembro de 2000), e as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA), exerceram papel fundamental na busca por trabalho de grande parcela dos recentes moradores da Vila Dique.

Figura 5: Localização da Vila Dique entre o Aeroporto Internacional Salgado Filho, a CEASA e o Aterro Sanitário da Zona Norte



Fonte: Google Earth

Além da facilidade de acesso, por estarem situados no entorno da Vila, o lixão e a CEASA representavam fartura e melhores condições de vida. Almerinda Gambin, nossa principal interlocutora, evidência a importância destes dois locais e relata com propriedade o movimento migratório da Vila no final da década de 1980 e início da década de 1990:

No lixo da zona norte, por incrível que pareça, eles achavam dinheiro, achavam som dentro das caixas, achavam ouro né, anéis de ouro. Então é a única coisa que eles achavam. Teve gente que comprou

carro, construiu casa com esse dinheiro. Então as pessoas começaram... olha, fartura tem, fartura... eles acharam muita coisa, teve gente que achou o som né, achou uma televisão, achou um rádio toca ficas e achou um anel de ouro, entre dois [casal] que vai, num dia só. Então era muita coisa que era despejada ali, que né. Dinheiro, dinheiro! Teve um que comprou, fez a casa toda com dinheiro que ele achou no lixo. Então são coisas... eles começaram a ligar pros parentes do interior 'vem, vem que aqui tá muito bom!' e as pessoas começaram a largar, porque que as pessoas são muito... são migrantes né? Eles vieram então na época da fartura e começou a comunidade a lutar pra ganhar pelas coisas. Aí começou a diminuir o lixo, começaram a tratar o lixo, aí eles voltaram pro interior, no interior já não dava mais porque no interior tu plantava aquelas plantas e chovia muito, perdiam tudo, dava muito sol, seca, perdiam também... voltavam pra cá, né. Teve um lá, teve um ali na Dique que já se mudou umas dez vezes pra Iraí e voltou. Então ele vinha aqui se fazer um pouco, e voltava. (Miranda, 2012)

A comunidade que foi se fazendo aos poucos, com a dedicação cotidiana de seus moradores. O Clube de Mães Margarida Alves foi fundado em 1990, contando com a colaboração do Grupo de Apoio da Paróquia Cristo Redentor²³, foi a primeira instituição formal dentro da Vila. O galpão de reciclagem, a Creche Galpãozinho, a Padaria Chico Pão, a Escola Migrantes e o Posto de Saúde são 'braços' do Clube de Mães e exemplos da luta dos moradores, almejando uma vida melhor para a comunidade.

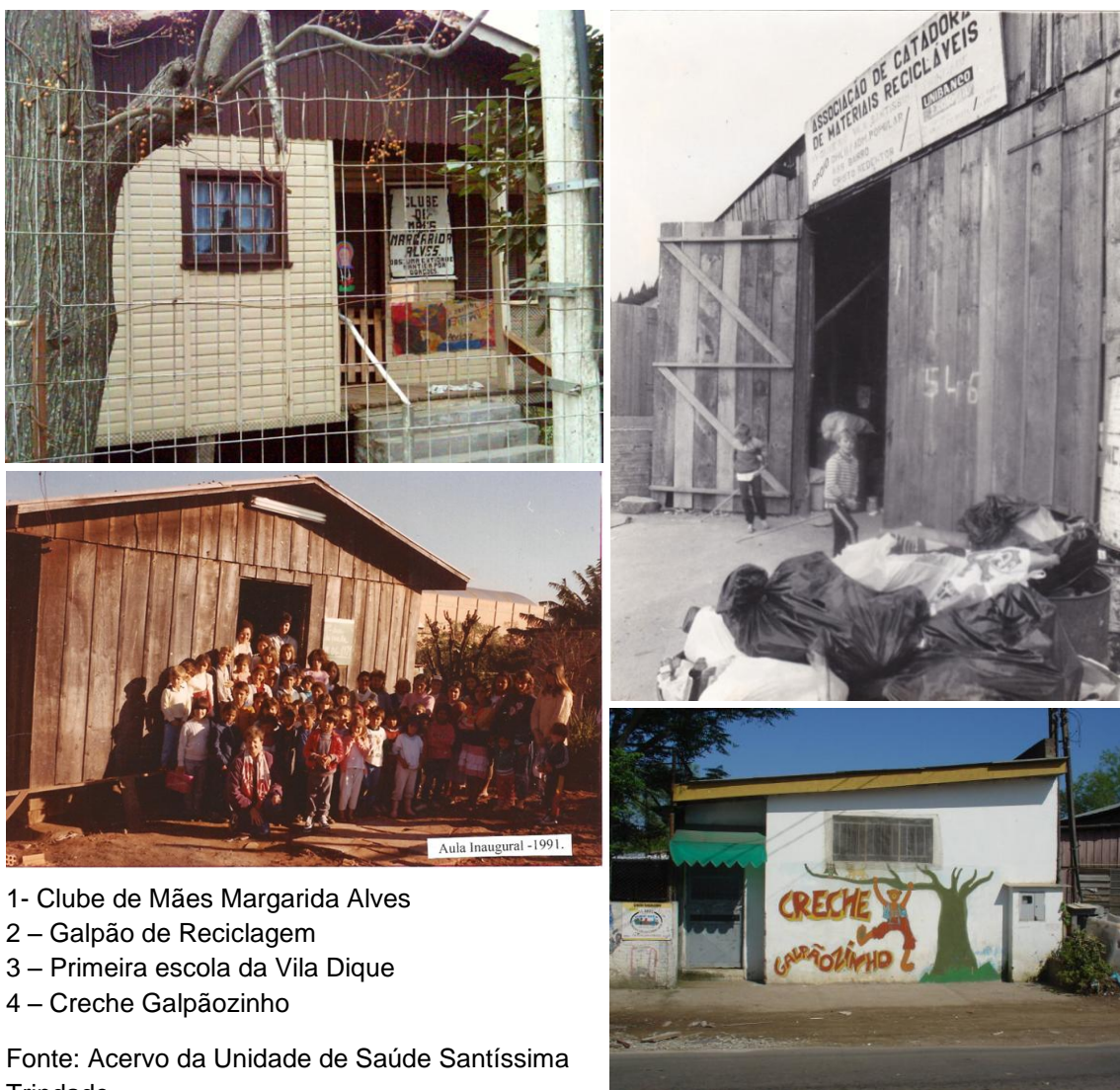
"E nós chegamos a um consenso que seria Clube de Mães Margarida Alves, pela história. Acho que isso daí todos vocês sabem que Margarida Alves²⁴ morreu lutando pelo povo né, e nós continuávamos lutando pelo povo (...)" (Maria Helena, 2011)

Tivemos ajuda do Cristo Redentor que primeiro, quando começou o Clube de Mães, era o Padre Antônio, daí ele foi transferido, daí ficou a Irmã Cristina e o Padre Leopoldo do Cristo Redentor e ficaram ajudando, dando apoio. Daí veio a equipe também, uma equipe que ajudava bastante. Eles vieram também nos ajudar e nos ajudaram até agora. Foi em 2009, 2010, por aí, eles davam apoio lá, depois eles pararam. (Maria Nazário, 2013)

²³ Irmã Cristina teve papel importante na conquista de direitos desta comunidade, articulando a vinda da escola, do posto de saúde, entre outras coisas.

²⁴ Margarida Alves foi líder sindical, sendo a fundadora e primeira presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Paraíba. Durante os anos em que ocupou este cargo moveu mais de 70 ações em favor dos trabalhadores de engenhos e usinas, tornando-se um símbolo de luta. Às vésperas de completar 50 anos, em 12 de agosto de 1983, foi assassinada a mando de usineiros da região do brejo paraibano.

Figura 6: Instituições criadas pelos moradores da Vila Dique



- 1- Clube de Mães Margarida Alves
- 2 – Galpão de Reciclagem
- 3 – Primeira escola da Vila Dique
- 4 – Creche Galpãozinho

Fonte: Acervo da Unidade de Saúde Santíssima Trindade

As conquistas são sempre atribuídas às lutas do conjunto, nunca como esforço individual.

Quer dizer, criado já estava quando eu cheguei lá, o Clube de Mães, aí a gente procurou sempre melhorar mais. Aí a gente veio pra cá, veio com tudo pra cá. Tem o galpão de reciclagem, apesar de que não é mais do Clube de Mães, porque se emanciparam. Eles fizeram uma diretoria e estão trabalhando pra eles. Esse não é mais do Clube de Mães. A escola também, foi inaugurada pela prefeitura, a escola Migrantes, que foi criada também pelo Clube de Mães. A creche tá aqui e a padaria e o Clube de Mãe estão aqui na esquina, na saída da Bernardino ali. Então, tá tudo aqui o que a gente conseguiu então não tem diferença de morar lá ou aqui. Pra mim a melhoria foi bastante grande, porque a nossa creche lá não tinha muito tamanho, era pequena. E aqui melhorou bastante, a construção nova. (Maria Nazário, 2013)

As mulheres são responsáveis por trazer em detalhes a organização das lutas empenhadas na estruturação das instituições na Vila. Os homens, por sua vez, contam mais sobre algumas etapas do processo em que estiveram envolvidos.

(...)os homens era a força e as mulheres era a luta. Essa divisão tinha. A mulher lutava e o homem fazia a força quando era preciso. Nós conseguíamos as coisas, mas na hora braçal aqui, quem vinha eram os homens. (Miranda, 2013)

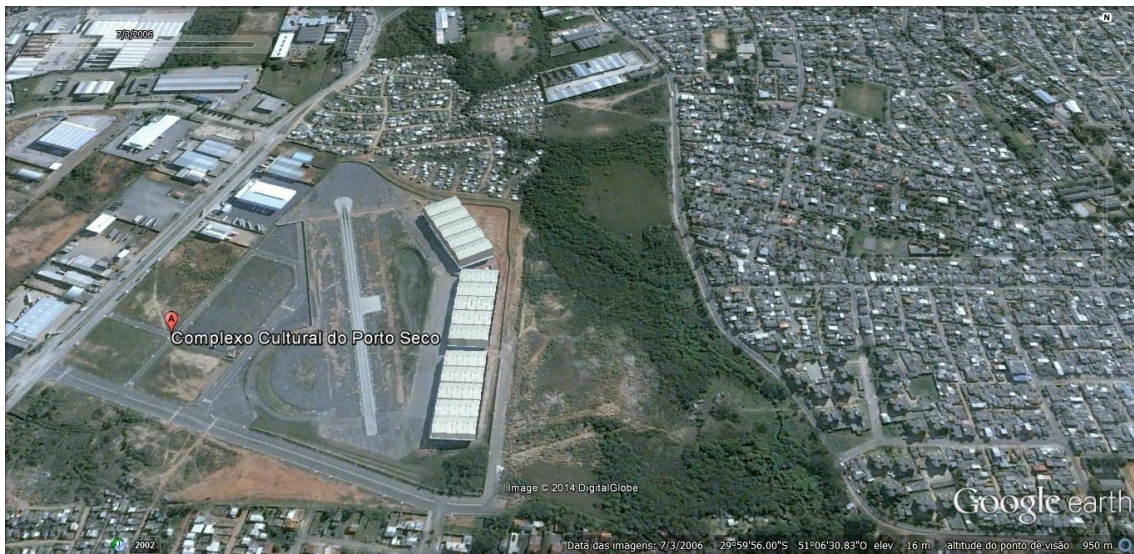
Frente à provisoriedade sempre presente, visto que a ameaça de remoção por conta da suposta ilegalidade das construções e da proximidade do aeroporto estavam em pauta há mais de 20 anos, os moradores viviam na iminência da mudança para outro local.

Lá no Dique, a gente não podia conquistar nada. A gente não podia construir, não podia nada. Tava que aquilo nunca era nosso, que a gente ia sair. Então, agora é aqui que vamos conquistar alguma coisa. Agora aqui Deus ajude que fique pra nós. Lá sai hoje, sai amanhã, tu não podia conquistar nada.” (Albino Fisher, 2012)

O Conjunto Habitacional Porto Novo, localizado na movimentada Avenida Bernardino Silveira Amorim, é o “aqui” em que Seu Albino quer investir. O total de famílias²⁵ reassentadas é de 1.476. Algumas 554 famílias restantes – imagina-se que o número seja maior que este, em razão dos “estrangeiros” da Dique (pessoas que estão ocupando o território da Vila Dique com a finalidade de serem reassentadas no Conjunto Habitacional Porto Novo) - esperam a conclusão das casas através do Programa Minha Casa Minha Vida.

²⁵ Por família entende-se pessoas que moram na mesma unidade habitacional.

Figura 7: Terreno do Conjunto Habitacional Porto Novo em 2006



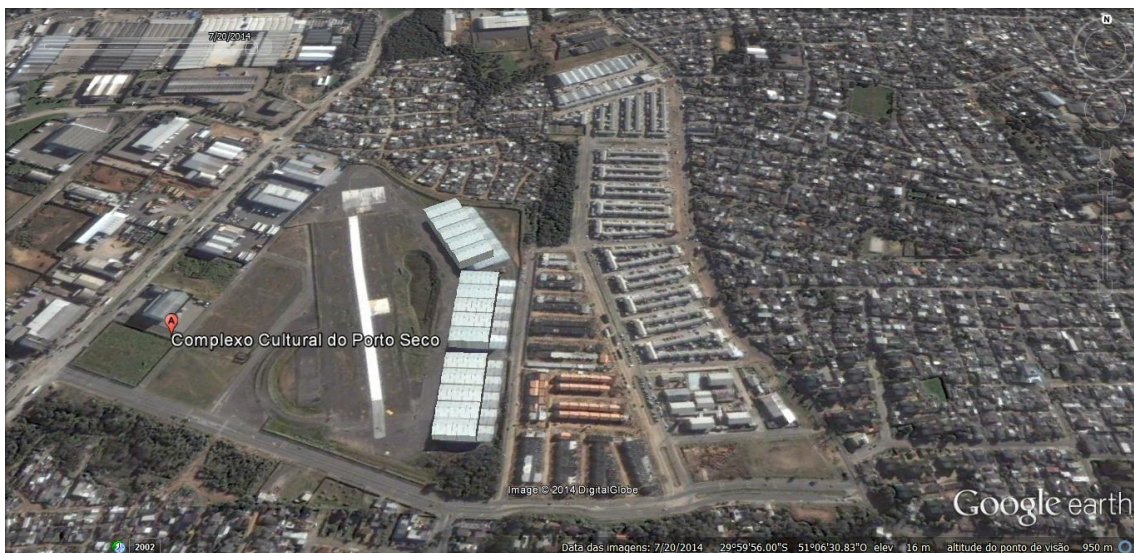
Fonte: Google Earth

Figura 8: Terreno do Conjunto Habitacional Porto Novo em 2009



Fonte: Google Earth

Figura 9: Terreno do Conjunto Habitacional Porto Novo em 2014



Fonte: Google Earth

Sair da Vila Dique significa empreender novas lutas na busca pelo atendimento das necessidades básicas para a comunidade. Além de “investir” na nova casa – um sobrado de 36m², de dois andares, interligados por uma escada caracol - os moradores também precisam investir nos laços de solidariedade, na vizinhança que muda, nos hábitos que precisam ser adaptados às novas regras de convivência.

As carências vão diminuindo com o passar do tempo. Os primeiros moradores do Porto Novo encontraram seu novo local de moradia sem creche, sem posto de saúde e sem escola. Aos poucos, as instituições vão se refazendo no local e as referências retornam ao território. Esta é a situação muito bem delineada por Jane Jacobs:

Mas veja só o que construímos com os primeiros vários bilhões: conjuntos habitacionais de baixa renda que se tornaram núcleos de delinquência, vandalismo e desesperança social generalizada, piores do que os cortiços que pretendiam substituir; conjuntos habitacionais de renda média que são verdadeiros monumentos à monotonia e à padronização, fechados a qualquer tipo de exuberância ou vivacidade da vida urbana; conjuntos habitacionais de luxo que atenuam sua vacuidade, ou tentam atenuá-la, com uma vulgaridade insípida; centros culturais incapazes de comportar uma boa livraria; centros cívicos evitados por todos, exceto desocupados, que têm menos opções de lazer do que as outras pessoas; centros comerciais que são fracas imitações das lojas de rede suburbanas padronizadas; passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando; vias expressas que evisceram as grandes cidades. Isso não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las (JACOBS, 2013, p. 2).

IV – Cultivo

Dedicar-se

Interessar-se

Fazer nascer

*“Fomos rever o poste.
O mesmo poste de quando a gente brincava de pique
e de esconder.
Agora ele estava tão verdinho!
O corpo recoberto de limo e borboletas.
Eu quis filmar o abandono do poste.
O seu estar parado.
O seu não ter voz.
O seu não ter sequer mãos para se pronunciar com
as mãos.
Penso que a natureza o adotara em árvore.
Porque eu bem cheguei de ouvir arrulos de passarinhos
que um dia teriam cantado entre as suas folhas.
Tentei transcrever para flauta a ternura dos arrulos.
Mas o mato era mudo.
Agora o poste se inclina para o chão – como alguém
que procurasse o chão para repouso.
Tivemos saudades de nós.”*

4 – Cultivo

4.1 – Recontando histórias: experiência com imagens e memórias

O uso de imagens sempre esteve presente no processo de composição de memórias do Projeto Memórias da Vila Dique, igualmente, nesta pesquisa que se coloca em conversação com alguns personagens e algumas histórias por eles contadas, entende que assim como nas falas transcritas, as imagens são também fragmentos da memória destes sujeitos. Segundo apontam Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert.

A técnica de registro documental de fatos, eventos e acontecimentos sociais por meios tecnológicos cada vez mais sofisticados (fotografia, cinema, vídeo, as novas tecnologias da informática) tem revelado ao homem moderno a sua capacidade de desvendar mundos sensíveis que não eram antes percebidos”. (Eckert e Rocha, 2004, p. 10)

As narrativas contadas pelos personagens desta pesquisa percorrem a chegada na vila, o estabelecimento de materialidades e afetos, a partida para o Conjunto Habitacional Porto Novo e o rearranjo dos laços e pertencimentos no novo território. A identificação destes quatro momentos são os pontos chave da exposição ‘Vila Dique: entre o transitório e o permanente’, que habitou a Galeria Olho Nu²⁶ nos meses de maio e junho de 2014. A exposição foi preparada no dia 06 de maio, e foi aberta oficialmente à apreciação no dia 08 de maio, ocasião em que realizou-se uma visita guiada.

Figura 10: Montagem da exposição “Vila Dique: Entre o transitório e o permanente – NAVISUAL/2014



Fotos: Fabrício Barreto

²⁶ A galeria é vinculada ao Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL/PPGAS/IFCH/UFRGS) e está localizada Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Campus do Vale.

Figura 11: Cartaz da exposição “Vila Dique: entre o transitório e o permanente”



Fonte: Elaboração própria, seguindo modelo do NAVISUAL

Composta por onze ‘estações visuais’, é importante dizer que cada um dos fragmentos, sozinho, pode oferecer uma leitura sobre o todo, porém, é no ordenamento das imagens, que se busca de alguma forma uma aproximação entre o que foi contado e o que foi apreendido neste encontro.

A metamorfose da escrita etnográfica, citada por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, funciona como uma chamada a experimentação e a atualização de contratos de significado estabelecidos em contatos anteriores. Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert indicam que a troca entre o pesquisador e aqueles que procuram interpretar sua produção, amplia as versões sobre uma mesma narrativa, ou, no limite, já não se restringem simplesmente a uma única versão, (ROCHA e ECKERT, 2008, p.18).

É sob esta perspectiva que a narrativa visual apresentada na Galeria Olho Nu se desenvolveu, deixando lacunas interpretativas de modo que a leitura fosse uma experiência efêmera de contato com a história apresentada. A opção pela instalação ao invés de uma sequência linear de imagens, obriga o leitor a se aproximar com cuidado, assim como o antropólogo em seu

trabalho²⁷ de apreensão dos fenômenos sociais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 18). O uso conjunto de fotografias, monóculos, desenhos, objetos pessoais, caixas e fios, associados às falas dos sujeitos pesquisados, procurou estreitar o contato e subjetivar a experiência de cada leitor, principalmente, dos próprios moradores ao visitarem a exposição.

Quando uma narrativa alcança o espectador de maneira que o que foi visto pode ser assimilado, questionado ou quando tornar-se objeto de reflexão, então a comunicação foi exitosa e é razoável pensar que houve produção de conhecimento, tal como o próprio exercício da memória, a que Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert se referem como “*o fruto de uma construção produtiva e criadora de conhecimento; ela é a expressão das estruturas dinâmicas da inteligência*”, (ECKERT; ROCHA, 2001, p. 7). Cada fragmento sozinho, pode sim oferecer uma leitura sobre o todo, porém, é no ordenamento das imagens, que se busca de alguma forma uma aproximação entre o que foi contado e o que foi apreendido neste encontro.

²⁷ Roberto Cardoso de Oliveira elege três etapas de apreensão dos fenômenos sociais, quais sejam: olhar, ouvir e escrever.

Figura 12: Estação 1 – Apresentação da Exposição



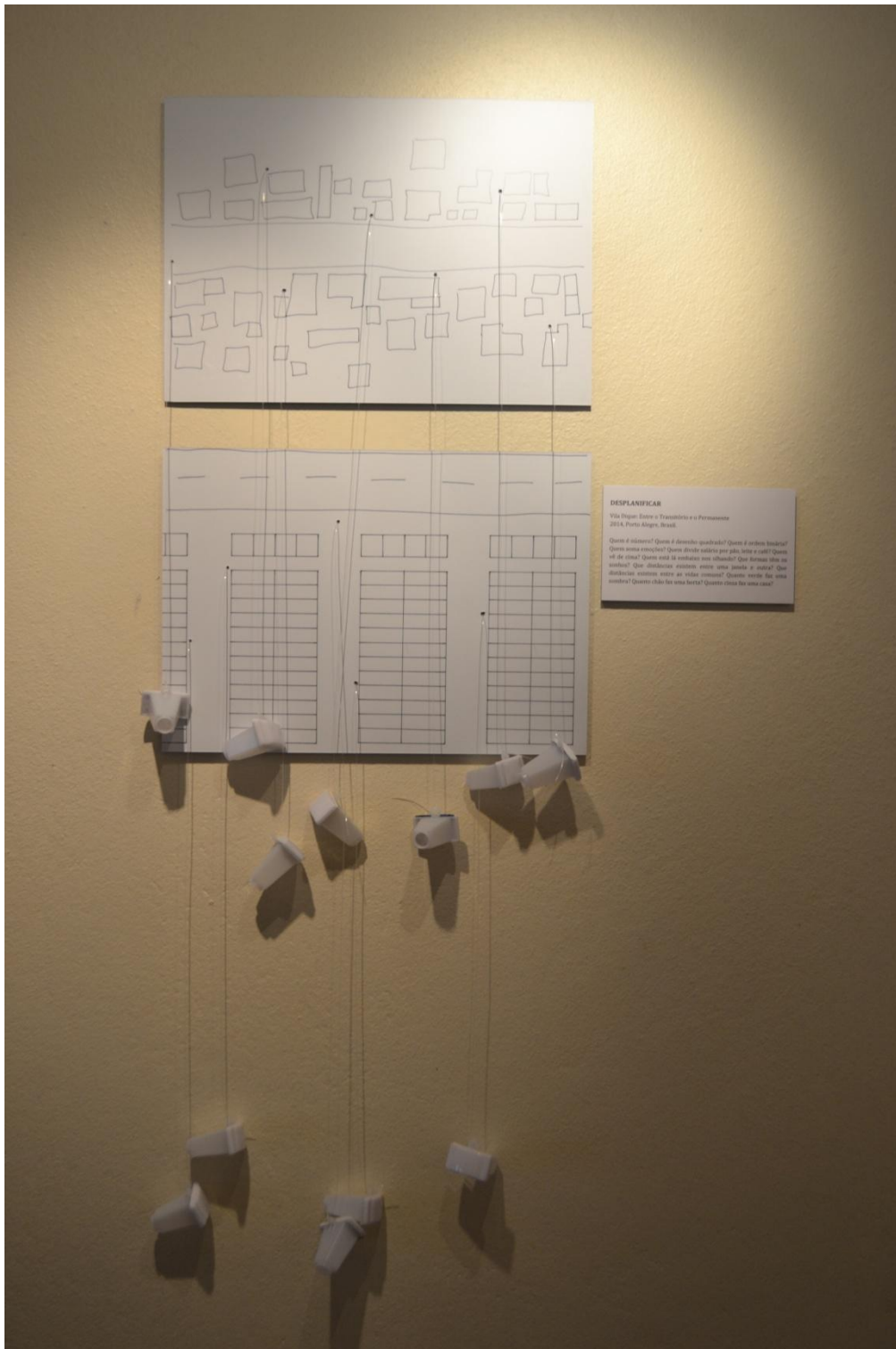
Vila Dique

Entre o transitório e o permanente

Débora Wobeto

A Vila Dique se configura como uma área de ocupação localizada próxima ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre. Desde 2009, os moradores da Vila Dique estão sendo removidos para o Conjunto Habitacional Porto Novo, zona norte da capital, num processo ainda não finalizado. Os elementos desta exposição se deram no âmbito do Projeto Memórias da Vila Dique - resultado de uma parceria entre a Faculdade de Educação/UFRGS e o Grupo Hospitalar Conceição. Ao passar na Avenida Dique nem se sonhava que no meio do barro, da escuridão dos becos, do cheiro de esgoto, existiam histórias de tantas lutas e companheirismo. O que se vê de fora é tão somente o limite do que os nossos olhos conseguem alcançar diante de tantos enganos, distorções e preconceitos. Para ver, é preciso entrar pela porta.

Figura 13: Estação 2 – Desplanificar



Quem é número? Quem é desenho quadrado? Quem é ordem binária? Quem soma emoções? Quem divide salário por pão, leite e café? Quem vê de cima? Quem está lá embaixo nos olhando? Que formas tem os sonhos? Que distâncias existem entre uma janela e outra? Que distâncias existem entre as vidas comuns? Quanto verde faz uma sombra? Quanto chão faz uma horta? Quanto cinza faz uma casa?

Foto: Equipe NAVISUAL

Figura 14: Estação 3 – Frações



“Eu vivi em outras casas antes de eu tá morando ali, mas ali foi uma vida, tive os filhos, cresceram ali – o meu guri chorou quando saiu de lá, quando botaram a patrola em cima – até apareceu no jornal ele com as mãos na cabeça quando botaram a patrola.” (Rosemara, 2012)
Foto: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

Figura 15: Estação 4 – O som de cada caixa



As vozes que vem de dentro de cada caixa/casa/PESSOA.

Foto: Equipe NAVISUAL

Figura 16: Estação 5 – Despedida



Do direito de morar à obrigação de mudar-se. Acompanhamento dos minutos finais de uma moradora na Vila Dique. O caminhão chegando, as caixas de mudança sendo transportadas, a casa se desconfigurando. Anseios e esperança andando juntos, fazendo parte da bagagem invisível de ser.

Fotos: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

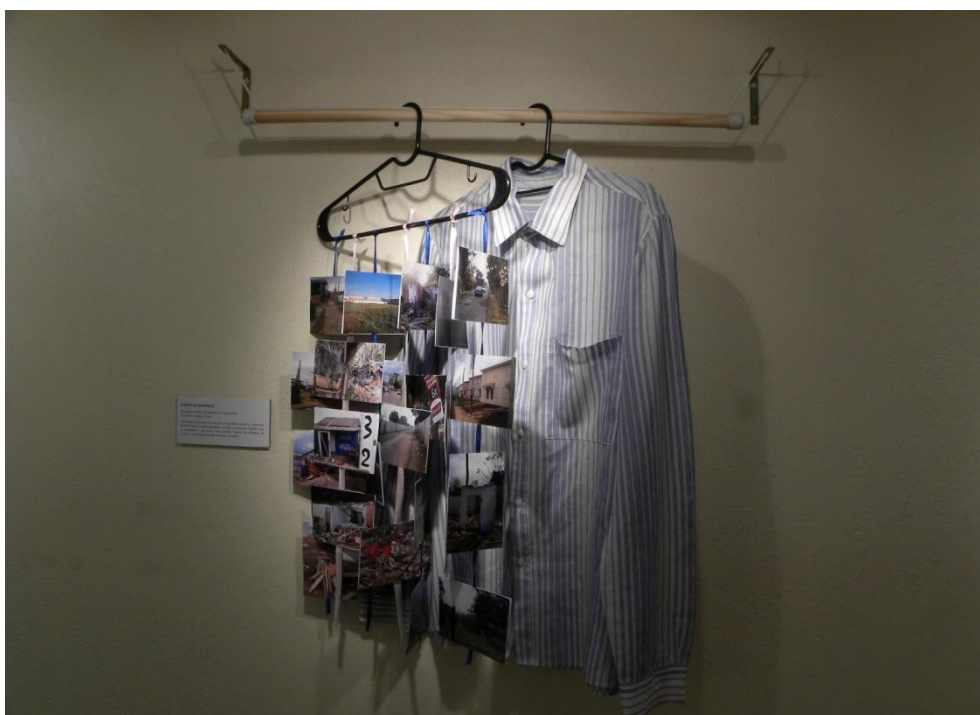
Figura 17: Estação 6 – Recompor



Recompor encontros. Ensaiai novas brincadeiras. Correr sem barro. Lembrar da chuva.

Foto: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

Figura 18: Estação 7 – Cabide de Memórias



As roupas no armário tem memória. Aquela foi usada no casamento do filho. Esta foi doada pela igreja. A outra é a roupa de trabalho, que a acompanhou por quase uma década. Marcas de trabalho, de sorrisos e de lembranças que vão junto na mala.

Foto: Equipe NAVISUAL

Figura 19: Estação 8 – Simetrias



Paralelas, que de tão próximas, quase se encontram. Linhas, cimento e asfalto. Como se o concreto, sozinho, desse conta dos sonhos.
Foto: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

Figura 20: Estação 9 – Quadra E



Novas peças são montadas. Lentamente, pelos dias – anos – a tecitura se pretende completa. A trama se refaz, sendo Vila Dique, mas construindo Porto Novo. *“Como quem diz: Tu já tá aqui, não tem nada que se envolver lá. Eu disse: Mas não é por isso, o meu coração ficou lá.”* (Rose, 2013)
Foto: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

4.2 – Questões éticas e restituição

Pensar o dispositivo (máquina fotográfica, grande angular ou objetiva, por exemplo; câmera de vídeo, na mão ou no tripé?) de captação da “palavra” do outro implica pensar, desde os primeiros dias em campo, o lugar do antropólogo e do Outro, concebendo-se esse dispositivo como possibilidade de garantia da qualidade da relação entre ambos. Como tais dispositivos determinam a pertinência da restituição da palavra do Outro, eles precisam ser pensados antes de se estar em “campo”, ou melhor, eles fazem parte de pensar as condições do próprio “campo”. (ECKERT; ROCHA, 2014, p. 93).

Na pesquisa, um ponto fundamental de análise e cuidado são os dados produzidos e a forma como são captados. Até que ponto os dados apresentados podem afetar a vida, a reputação e a memória daqueles a quem se referem?

É na escuta do outro que se desenrola a base fundamental que qualquer trabalho antropológico almeja alcançar: o diálogo que respeita os limites desse outro e que suporta também seus interesses. No duelo sobre quais temas falar e sobre aqueles que são sensíveis e não podem ser tocados, se estabelece o desafio ético do pesquisador. Também, o ouvinte atento, pode fazer emergir novos temas para conduzir sua inserção no campo, compreendendo o que é caro para aquela população.

Pra mim foi bom porque a gente tem uma memória registrada, tem os livros, tem a história. E agora com essas gravações também, a gente pode até guardar. E na memória da gente não sai. Aquilo que passou lá, o que foi bom, se foi ruim. E aí a gente tem uma certeza de que não vai morrer mesmo porque agora tem aqueles livros. A Dique não existe mais, moradores lá...Porque os últimos estão vindo de lá agora, acho que até o ano que vem, vem o resto, dos outros moradores que estão lá. Ele vai desaparecer, mas acho que na história não. (Maria Nazário, 2013)

As produções do Projeto Memórias da Vila Dique são orientadas de forma que aproximem nossos interlocutores e que estes frequentem também os nossos espaços, pouco permeáveis na maioria das vezes. Além disso, o trabalho é conduzido a fim de que faça sentido para os envolvidos e que seja um processo orgânico, onde os moradores se reconheçam.

Figura 21: Moradores visitando a exposição “Vila Dique: entre o transitório e o permanente”



Fonte: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

Figura 22: Lançamento dos livros “Memórias da Vila Dique” e “Da Vila Dique ao Porto Novo: rodas de memórias, extensão universitária e remoções urbanas”



Fonte: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

Figura 23: Moradores participando do 14º Salão de extensão da UFRGS



Fonte: Acervo do Projeto Memórias da Vila Dique

Conclusão

Ao fim deste trabalho, ancorada na participação do projeto memórias da Vila Dique, pude elaborar algumas ideias concernentes ao modo de morar na Vila Dique que partem desde o início da Vila, as lutas por melhorias no território e o complexo processo de remoção que levou alguns para o Porto Novo e deixou outros tantos pelo caminho.

A Vila, em sua singularidade, deve ser percebida como um processo vivo, onde fluem narrativas e imagens de um tempo que está presente na memória de seus guardiões de histórias e uma Vila que se refaz nas práticas cotidianas em um novo território.

As memórias de outrora compartilhadas, ressignificam o novo espaço e servem de fio condutor para novas narrativas e interpretações. Fica a impressão de que, formalmente, a Vila Dique acabou para aqueles que já foram reassentados no Conjunto Habitacional Porto Novo, no entanto, suas histórias, suas dinâmicas e suas sociabilidades continuam ativas, em constante processo de (re)construção.

Referências

ANCOP. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. 2014. Edição digital. Disponível em:

https://www.dropbox.com/s/59kh0lfksjwduai/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf?dl=0

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Decreto Legislativo N.º 226, de 12.12.1991. Aprova os textos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados, junto com o Protocolo Facultativo relativo a esse último pacto, na XXI Sessão (1966) da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Senado Federal, 12 de dezembro de 1991. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=135720>

BRASIL. Decreto n.º 592, de 06.12.1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Diário Oficial da União, 06 de julho de 1992. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm

Acesso em 29 de setembro de 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de Março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/3/1938, Página 4249. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>

Acesso em 08 de novembro de 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1998. O Trabalho do Antropólogo. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 220 pp.

D'ÁVILA, Naida. DEMHAB – com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2000.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A caminho da cidade. São Paulo, Perspectiva, 1973.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Ética e imagem: um percurso. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2004. 25 f. (Iluminuras; v. 5, n. 11).

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9192/5286>

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2008. 25 f. (Iluminuras; v. 9, n. 21). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Experiências de ensino em antropologia visual e da imagem e seus espaços de problemas In Ana Lúcia Camargo; MENDONÇA, João Martinho (Orgs.). Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa; Brasília- DF: ABA, 2014.

GALEANO, Eduardo. O Livro dos Abraços. Porto Alegre: L&PM, 1995.

GEERTZ, Clifford. (1978), Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar.

GLASS, Ruth, London: aspects of change, London: MacGibbon & Kee, 1964.

IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro : IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil,1993, vol 53, 1993.

IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro : IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil,1993, vol 53, 1993. Disponível em <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91> acesso em 11 de novembro de 2014.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991b. [1968]

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. Tempo soc. 2003, vol.15, n.1, pp.81-95.

MEDEIROS, Laudelino T. Vilas de malocas: ensaio de sociologia urbana. Porto Alegre, 1951.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> Acesso em 29 de setembro de 2014.

ONU. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm

Acesso em 29 de setembro de 2014

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. (2001) Era uma vez o beco: origens do mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org). Palavras da cidade. Ed. Universidade/UFRGS, p. 97-119. Porto Alegre.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Arquivos e Inventário do DEMHAB, 1961 - Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/diagnstico_porto_alegre.pdf

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasil, fevereiro de 2006. Ensaios, p. 199 – 210. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_12_completo.pdf> Acesso em 11 de novembro de 2014.

SANTOS, Milton. Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003, 174p.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

SOCIOLOGIA: ciência & vida. São Paulo: Escala, ano 4, n.43, out./nov. 2012. Edição digital.

TARETTO, Gustavo. Medianeras: Buenos Aires da Era do Amor Virtual. 2011. 95 min.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Depto. de História da PUC/SP. São Paulo, n.15, abr. 1997, p.51-84.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ZERO HORA, Porto Alegre, 17 de nov. 1966, p. 2.